



Termo de Referência - NOVACAP/PRES/DS/DTR

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**

**TIPO: MENOR PREÇO**

**JULGAMENTO: MENOR PREÇO**

**SUMÁRIO**

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO
  2. DO OBJETO
  3. DO QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO
  4. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
  5. DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO
  6. DO LOTE E DO PREÇO ESTIMADO
  7. DA ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS
  8. DO UNIFORME
  9. DA DEFINIÇÃO DO SALÁRIO BASE E DOS DEMAIS BENEFÍCIOS DOS PROFISSIONAIS
  10. DA JORNADA DE TRABALHO, DA CARGA HORÁRIA E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
  11. DO PAGAMENTO: DOS SALÁRIOS - CONTAS VINCULADAS - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E DO FGTS
  12. DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO
  13. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DA VEDAÇÃO DE CONSÓRCIOS
  14. DA GESTÃO AMBIENTAL E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
  15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
  16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
  17. DA SUBCONTRATAÇÃO
  18. DAS ALTERAÇÕES SUBJETIVAS
  19. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO
  20. DOS PRAZOS PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO
  21. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO
  22. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO E RESULTADO - IMR
  23. DO PAGAMENTO
  24. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
  25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
  26. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS
  27. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
  28. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
  29. DA MATRIZ DE RISCO
  30. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
- ANEXOS I A XIII

**1. DADOS DA INSTITUIÇÃO**

ÓRGÃO						Nº do C.N.P.J	
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP						00.037.457.0001-70	
ENDEREÇO:		Setor de Áreas Públicas Sul Lote “B”					
CIDADE:	Brasília	U.F.:	Distrito Federal	CEP:	71.215-000	Telefone:	3403-2300

**2. DO OBJETO**

2.1. **Registro de Preços** visando à contratação de empresa especializada para a prestação continuada de serviços de transporte com mão de obra, sob demanda. Os serviços incluem a locação de veículos do tipo Caminhão Truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas, incluindo, às expensas da empresa contratada: motorista/conductor devidamente habilitado, mão de obra operacional (ajudante, operador de máquinas pesadas e oficial/encarregado), manutenção preventiva e corretiva de veículos e equipamentos, seguro, fornecimento de combustível para veículos e equipamentos, mobilização e desmobilização de veículos/equipamentos, ferramental operacional e empregados envolvidos nas operações, para a NOVACAP, conforme os termos, condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.

**3. QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO**

De natureza comum	<b>SIM</b>	<b>X</b>	<b>NÃO</b>	
De prestação continuada	<b>SIM</b>	<b>X</b>	<b>NÃO</b>	
Eminentemente intelectual	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
Possui inovação tecnológica ou técnica	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>

De Tecnologia da informação	SIM		NÃO	X
Possui mão de obra exclusiva	SIM	X	NÃO	
<p><b>JUSTIFICATIVA:</b> A contratação sob demanda, destina-se a formação de equipe de trabalho, com frota de veículo (caminhão), equipado com equipamento específico, objetivando máxima eficiência nas etapas dos serviços de recuperação e manutenção de vias públicas, constando de mão de obra operacional de campo, ferramental apropriado aos serviços consoante ao equipamento e insumo utilizado, de acordo com descrições, condições e exigências estabelecidas neste Instrumento.</p> <p>Conforme o inciso VI, do art. 18 do RLC/NOVACAP, que requer seja informado se é natureza comum ou não, se é de prestação continuada ou não, se é eminentemente intelectual, se possui inovação tecnológica ou técnica, se é de tecnologia da informação, se possui mão de obra exclusiva, bem como se a demanda da contratação é estimada ou definida, informa-se que o objeto da presente contratação se caracteriza pela natureza comum e de prestação continuada.</p> <p>As características dos serviços técnicos a serem contratados é de prestação continuada, visando assegurar a integridade do bem público, uma vez que a interrupção no funcionamento dos sistemas a serem mantidos pode vir a comprometer a continuidade das atividades realizadas e cuja necessidade de manutenção deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, garantindo seu pleno funcionamento.</p> <p>Conforme dispõe o Art. 20 do Regulamento de Licitações e Contratos-RLC da NOVACAP:</p> <p>1 - Os serviços, objeto deste Termo de Referência são de <b>natureza comum</b>, visto que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Edital de licitação, mediante especificações usuais do mercado.</p> <p>2 - Os serviços, objeto deste Termo de Referência <b>são de prestação continuada</b>, visto a imprescindibilidade dos serviços, uma vez que sua interrupção acarretará prejuízos à realização das atividades precípuas da <b>NOVACAP</b>, estabelecidas no Art. 2º do seu Estatuto Social.</p> <p>3 - A técnica envolvida nestes serviços é conhecida, dominada e oferecida pelo mercado do objeto ofertado, de forma que permite a sua descrição de forma objetiva no Edital, incluindo características, quantidades e qualidades padronizadas.</p> <p>4 - Os serviços, objeto da contratação <b>não são eminentemente intelectuais</b> e nem são de <b>Tecnologia da Informação</b>, visto que se trata da <b>execução de serviços comuns</b>.</p> <p>5 - Trata-se de <b>contratação de serviços com mão de obra de dedicação exclusiva</b> - a disponibilização de mão de obra constitui-se como parcela da contratação de prestação continuada, a fim de não ocorrer interrupção na manutenção de vias públicas, com a consequente falta na execução de serviços, que visam o atendimento às demandas que atendem à sociedade.</p>				

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO	
ESTIMADA	X
DEFINIDA	
<p><b>JUSTIFICATIVA:</b> Trata-se de quantidade estimada com base em solicitações feitas pela Divisão de Manutenção de Vias - DIMAV/DU, conforme Memorando Nº 174/2024 - NOVACAP/PRES/DU/DEINFRA/DIMAV (DOC SEI 137636980), com posteriores ajustes contidos no Despacho – NOVACAP/PRES/DU (DOC SEI 147176749).</p> <p>O quantitativo foi estipulado pela demandante, com base em serviços de execução de serviços de manutenção e recuperação de vias públicas realizados diariamente, tendo por base a utilização das equipes existentes Divisão de Manutenção de Vias da Companhia.</p> <p>Assim sendo, e considerando as variações da frota, as necessidades eventuais e sazonais, e de acordo com os Programas de Trabalho da NOVACAP e do GDF, não é possível definir a quantidade precisa, razão pela qual a demanda deve ser considerada como ESTIMADA.</p>	

PARCELAMENTO DO OBJETO	SIM		NÃO	X
<p><b>JUSTIFICATIVA:</b> Embora a regra geral seja o estabelecido na Súmula 247 do TCU quanto à obrigatoriedade da adjudicação por item e não por preço global, consideramos que não é possível afirmar sumariamente, sem análise do caso concreto, que a licitação por item ou lote único seria mais eficiente. O próprio TCU já teve a oportunidade de se manifestar no sentido de que, no caso específico, <u>a licitação por lote único será a mais eficiente para à Administração</u>:</p> <p>"Cabe considerar, porém, que o modelo para a contratação parcelado adotado neste parecer utilizou uma excessiva pulverização dos serviços, está exagerada divisão de objeto pode maximizar a influência de fatores que contribuem para tornar mais dispendiosa a contratação(...) embora as estimativas numéricas não mostrem consistências, não há nos autos nenhuma evidência no sentido oposto, de que o parcelamento seria mais vantajoso para a Administração. Ao contrário, os indícios são coincidentes em considerar a licitação global mais econômica." (Acórdão n.º 3.140/2006 TCU)</p> <p>Já no Acórdão 280/2010(Plenário Voto do Ministro Relator) O Ministro Relator acatou as conclusões obtidas pela Unidade Técnica, conforme segue:</p> <p>" a) Embora, em tese, fosse tecnicamente possível a divisão do objeto da licitação em parcelas, para adjudicação por itens, tal medida resultaria, na situação concreta, em prejuízo para a economicidade e eficiência global dos serviços, desnaturando a funcionalidade do sistema integrado de gestão empresarial na modalidade ERP - Enterprise Resource Planning,"</p> <p>O Acórdão 1.904/2007 Plenário (Sumário) dispõe, <i>in verbis</i>:</p> <p>"Não constitui necessariamente falha no dever de parcelar o objeto da licitação em reunião em mesmo procedimento licitatório de serviços de manutenção de redes vinculadas a mídias eletrônicas diversas, e dos respectivos equipamentos, que, no entanto, apresentam aspectos comuns que justifiquem o tratamento conjunto, tais quais a proximidade física e tecnológica, as dimensões, etc., não havendo ademais comprovação robusta de que o parcelamento levará a uma maior economicidade na prestação dos serviços."</p> <p>O objeto não é passível de parcelamento, em vista de haver uma única especificação do produto a ser contratado que visa suprir demandas na prestação de forma continuada, <b>sob demanda</b>, de serviços de locação de veículos tipo "Caminhão Truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas", incluindo, às expensas da Empresa contratada, Motorista/conductor devidamente habilitado, aplicação da mão de obra operacional, manutenção preventiva/corretiva dos veículos, seguro, fornecimento do combustível de veículos, mobilização e desmobilização de veículos/equipamentos e ferramental operacional, e empregados envolvidos em operações. Portanto, se mostra economicamente mais viável que a contratação seja na modalidade de empreitada por preço global, em lote único.</p> <p>Por seu turno, a licitação em lote único, faz com que haja uma maior e mais acirrada disputa entre os licitantes, uma vez que apenas aquele lote, será oportunizado, não havendo uma segunda ou terceira oportunidades de arremate, levando as licitantes a apresentação de propostas efetivamente competitivas.</p> <p>Na esteira de procedimentos, observa-se que sendo ofertados separadamente, e se até forem prestados por empresas diferentes, há enorme risco de encarecimento da contratação, dificuldades de operacionalização e de controle de mediação de qualidade e eficiência, impondo prejuízos à Administração. Destarte, a divisão do objeto pode comprometer o próprio certame, pois há riscos de comprometimento da competitividade, podendo ocasionar prejuízo a Companhia, encarecendo os preços oferecidos.</p>				

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	SIM		NÃO	X
PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA	SIM	X	NÃO	
PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	SIM	X	NÃO	
<p><b>JUSTIFICATIVA:</b> Não será admitida a participação de empresas consorciadas, uma vez que o objeto da presente contratação não envolve alta complexidade técnica ou grande vulto financeiro, capaz de implicar em um número reduzido de empresas em condições de disputa.</p>				

**CONSIDERANDO** as características do objeto da presente contratação, entende-se como mais seguro que a relação contratual fruto do presente certame se dê com uma única empresa, capaz de elaborar proposta mais precisa e gerenciar com maior eficiência o andamento dos serviços, evitando-se assim uma majoração dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.

Ademais, a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços comuns são perfeitamente pertinentes e compatíveis para execução por empresas atuantes do ramo licitado. Além do que, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios visa permitir que empresas consorciadas participem do certame, atribuindo maior competitividade, entretanto, a jurisprudência do TCU é pacífica no sentido de que a decisão acerca da participação de consórcios é discricionária.

Trata-se de demanda a ser executada por empresa especializada, na prestação de forma continuada, **sob demanda**, de serviços de locação de veículos tipo "Caminhão Truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas", com fornecimento de mão de obra, aos veículos/equipamentos que compõem a frota operacional.

Dessa forma, essa decisão pela não permissão de participação de consórcios se baseia no processo de avaliação da realidade do mercado do objeto a ser contratado e da ponderação de possíveis riscos à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto, tendo em vista que a administração dos veículos, sua gestão e responsabilidades advindas podem comprometer a celeridade e eficiência da contratação.

Assim, embora a regra geral seja o estabelecido na Súmula 247 do TCU quanto à obrigatoriedade da adjudicação por item e não por preço global, consideramos que não é possível afirmar sumariamente, sem análise do caso concreto, que a licitação por item ou lote único seria mais eficiente. O próprio TCU já teve a oportunidade de se manifestar no sentido de que, no caso específico, **a licitação por lote único será a mais eficiente à Administração**:

No que diz respeito a participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame, entendemos que estas poderão participar desde que atendem as exigências do Termo de Referência e da Lei Complementar 123/2006.

Será permitida a participação de **Cooperativas**, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto da licitação, com compartilhamento das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelo cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação, conforme §§ 1º e 2º do inciso II, Art. 10 da Instrução Normativa nº 5/2017, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 38.934 de 15 de março de 2018.

REGIME DE EXECUÇÃO	
Empreitada por Preço Unitário	X
Empreitada por Preço Global	
Contratação Semi-Integrada	
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Trata-se de objeto cuja dimensão de demanda pode ser aferida por meio de preço unitário	

MODO DE DISPUTA	
Aberto	X
Fechado	
Combinado	
<b>JUSTIFICATIVA:</b> JUSTIFICATIVA: CONSIDERANDO, nos termos do art. 114 do RLC/NOVACAP, que as aquisições, de bens e contratações de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, deverão ser realizadas por meio de Pregão, processado pelo modo Eletrônico.	
<b>CONSIDERANDO</b> que o art. 31 da Lei nº 10.024/2019 estabelece que, quando da realização de pregão eletrônico, só podem ser adotados o modo de disputa aberto ou o modo de disputa combinado.	
<b>CONSIDERANDO</b> o art. 52, § 1º da Lei nº 13.303/2016, que faz referência ao modo de disputa aberto, permitindo aos licitantes a oportunidade de melhorarem suas propostas, possibilitando à NOVACAP a obtenção de oferta mais vantajosa, por meio da apresentação de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.	
<b>CONSIDERANDO</b> o art. 100, inciso I do RLC/NOVACAP onde determina que a licitação será efetivada preferencialmente pelo modo de disputa aberto, objetivando promover a competitividade e obter propostas mais vantajosas para a administração pública.	
Em atendimento ao art. 20, inciso III do RLC/NOVACAP, assim, opta-se pela adoção do modo de disputa ABERTO, por melhor atender aos interesses públicos da Companhia.	

<b>VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO - ORÇAMENTO NÃO SIGILOSO</b>	<b>R\$ 24.118.912,74 (vinte e quatro milhões, cento e dezoito mil novecentos e doze reais e setenta e quatro centavos)</b>
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, <b>sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no Edital é obrigatória</b> , e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. (grifo nosso).	
Assim sendo, justifica-se a publicidade do valor estimado, uma vez que ela será o limite referencial para apresentação das propostas durante o procedimento licitatório.	

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	
Menor preço	X
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	

Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	
<p><b>JUSTIFICATIVA:</b> Visto que o Termo de Referência já apresenta critérios mínimos de especificação do material e demais condições que são suficientes para comprovar a capacidade técnica/operacional da empresa a ser contratada, entende-se que neste caso o critério de julgamento de menor preço por lote é o mais adequado, ainda assim, ressaltamos <b><u>que não serão aceitos valores superiores aos unitários e globais estimados.</u></b></p> <p>Por seu turno, objetivando atender ao princípio da economicidade e a aderência à natureza do objeto, diante do art. 20, inciso VIII, alínea "d" do RLC/NOVACAP, o critério de julgamento adotado no presente Certame, que melhor atender ao interesse da Companhia, é do menor preço, desde que atendidas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e Edital.</p> <p>Caso conste algum item, de forma unitária, superior ao valor estimado, este deverá ser negociado individualmente, para que não ocorra “jogo de planilha”, (<a href="#">Acórdão 1721/2016 Plenário</a>, Tomada de Contas Especial, Relator Ministro Benjamin Zymler).</p>	

#### 4. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A **NOVACAP** tem por objeto social, a execução de obras e serviços de urbanização e construção civil de interesse do Distrito Federal, na satisfação do Interesse Público, diretamente ou por contrato com entidades públicas ou privadas, mediante ajuste específico e disponibilização dos respectivos recursos financeiros e orçamentários, para este fim.

4.2. O objeto social compreende as atividades de elaboração, análise e aprovação de projetos, execução, fiscalização e gerenciamento, direta ou indiretamente, das obras e serviços de engenharia, arquitetura, urbanização, drenagem e redes de águas pluviais, pavimentação, manutenção e/ou recuperação de vias, logradouros públicos, conservação de áreas verdes e paisagismo no Distrito Federal.

4.3. Nesta linha, cabe a Companhia a construção e manutenção preventiva e corretiva das vias de trânsito arterial, coletor e locais de todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal, o que compreende uma malha viária da ordem aproximada de 14.000 km, dos quais a grande maioria está alocada nas áreas urbanas das Administrações Regionais, e a responsabilidade de manutenção, cabe a NOVACAP.

4.4. A NOVACAP por sua vez, não mais dispõe de mão de obra e equipamentos em número suficiente para dar uma resposta rápida e necessária às demandas crescentes da população Distrital.

4.5. Convém esclarecer que já este Departamento já elaborou **ANÁLISE DE VIABILIDADE TÉCNICA de SEI 124157624**, a qual trata de viabilidade de terceirização total da frota, assim como existe Estudo de Viabilidade Econômica de locação elaborado por Comissão desta Companhia, constante do processo SEI 0112-000009/2014 (páginas 33 à 160) demonstrando a desvantagem econômica para à Administração Pública na aquisição e manutenção de frotas próprias, as quais englobam elevados custos de aquisição, e custos permanentes de manutenção preventiva e corretiva, e depois de sua vida útil, representam, ativo de pequena monta ao erário, sendo mais vantajosa a contratação de empresas que fornecerão os veículos e equipamentos com mão de obra inclusa, manutenção preventiva, corretiva, seguro e outros custos, inclusive passivos trabalhistas inclusos.

4.6. Por sua vez, pondera-se que a locação traz maior eficiência na prestação de serviços, pois não há que se falar em veículos quebrados e/ou falta de pessoal, pois obriga a contratada e manter veículo e pessoal a disposição da Companhia.

4.7. Lembre-se ainda que à aquisição de veículos do tipo Caminhão Truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas, implicará na necessidade de contratação de mão de obra por meio de concurso público para reposição de mão de obra de menor complexidade e formação, contrariando as reestruturação e modernização propostas, e trazendo elevados gastos permanentes para a Companhia, tais como necessidade de reformulação de oficinas, contratação de empresas para fornecimento de peças e serviços de reposição e manutenção especializada, bem como consequente aumento de despesas fixas mensais a longo prazo, com possibilidade de produtividade inferior a terceirização do serviço.

4.8. Assim, a contratação de empresa especializada na locação de veículos do tipo Caminhão Truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas, com mão de obra, manutenção preventiva e corretiva, se apresenta, do ponto de vista operacional e de produtividade mais vantajoso para a Companhia e mesmo para a população, com o fornecimento de serviços com maior agilidade e eficiência.

4.9. A consecução desses objetivos se dará conforme demanda do Governo do Distrito Federal, por seus Órgãos, Autarquias, Fundações e demais Empresas e Entidades que compõem a sua estrutura administrativa, e, mediante a correspondente destinação e disponibilização dos recursos financeiros e orçamentários necessários e suficientes para o seu atendimento.

4.10. A quantidade levantada foi com base em solicitações feitas pela Divisão de Manutenção de Vias - DIMAV/DU, conforme Memorando Nº 174/2024 - NOVACAP/PRES/DU/DEINFRA/DIMAV (DOC SEI 137636980), com posteriores ajustes contidos nos Despachos:

4.11. Despacho - NOVACAP/PRES/DU (147176749);

4.12. Despacho - NOVACAP/PRES/DC/DRE (155716648);

4.13. Despacho - NOVACAP/PRES/DC (155763735).

4.14. A contratação sob demanda, destina-se a formação de equipe de trabalho, com frota de veículo (caminhão), equipado com equipamento específico, objetivando máxima eficiência nas etapas dos serviços de manutenção da malha viária no âmbito do Distrito Federal, no que compete a NOVACAP, vias urbanas de trânsito rápido, arterial, coletora e local, que não se enquadram como rodovias, constando de mão de obra operacional de campo, ferramental apropriado aos serviços consoante ao equipamento e insumo utilizado, de acordo com descrições, condições e exigências estabelecidas neste Instrumento.

4.15. Por questões de melhor controle de qualidade, os insumos serão fornecidos pela contratada, cabendo a licitante que vier a ser contratada o fornecimento dos veículos, equipamentos e mão de obra, conforme exigências deste Termo de Referência.

4.16. Cabe frisar que a Companhia, passou por uma reestruturação estrutural, visando uma melhor resposta as necessidades da população, sendo criadas 6 (seis) Regionais, conforme abaixo:

4.16.1. Divisão Regional Norte - DRNO

4.16.2. Divisão Regional Sul - DRSU

4.16.3. Divisão Regional Leste - DRLE

4.16.4. Divisão Regional Oeste - DROE

4.16.5. Divisão Regional Centro - DRCE

4.16.6. Divisão Regional Ceilândia/Sol Nascente - DRCS

4.17. Ou seja, a Companhia terá subsedes fixas em cada Regional citada, a qual contará com equipes dotadas de equipamentos para pronto atendimento de demandas da população, descentralizando as operações visando celeridade no atendimento ao cidadão e maior eficiência dos serviços públicos.

4.18. Neste sentido, sabendo que as Ouvidorias da NOVACAP e do Governo do Distrito Federal, em sua maioria são relativas a problemas de malha viária é imprescindível, junto com a reestruturação da Companhia e consequente modernização a utilização de novos e modernos equipamentos e metodologias de trabalho no que concerne a recuperação da malha viária do Distrito Federal, a qual já conta em sua maioria com mais de 30 (trinta) anos de uso, ou seja, já teve superada sua vida útil estimada, o que requer maior atenção na manutenção cotidiana.

4.19. Por seu turno, imperioso citar que a manutenção da malha viária por meio de aplicação de novas técnicas e melhores tecnologias se mostra viável, para a redução de custos públicos, por meio de redução de acidentes automobilísticos, os quais consomem elevadas quantidades de recursos públicos e humanos, haja vista um simples acidente mobiliza obrigatoriamente forças de segurança pública, equipes de saúde, e impacta na economia, pois pode impossibilitar temporária e/ou definitivamente um cidadão (ã) em pleno ápice de produtividade.

4.20. Como demonstrado quando se trata de aplicação adequada de recursos em manutenção de vias, não estamos a tratar despesa pública, mas é necessário vislumbrar a economia gerada com a redução de acidentes e de vidas poupadas, portanto, estamos a tratar de investimento público necessário.

4.21. Desta forma, evidente que a busca permanente por novas tecnologias é obrigação do Estado, assim, a contratação de veículos do tipo Caminhão Truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas é medida imperativa, tanto que já vem sendo adotada por grandes capitais do Brasil, como São Paulo, Belo Horizonte e Goiânia, não apenas pelo aumento de produtividade, eficiência e qualidade dos serviços executados, mas pela economia de insumos proporcionada, uma vez que os

insumos, em especial o CBUQ, permanece aquecido durante o tempo necessário a sua total aplicação, o que não acontece no sistema de transporte convencional, em que por muitas vezes o CBUQ chega ao local de aplicação já frio, reduzindo significativamente sua eficiência, resistência, impermeabilidade e durabilidade.

4.22. Com os veículos do tipo Caminhão Truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas, os insumos, em especial o CBUQ, é mantido aquecido a uma temperatura constante de 140 a 155 °C, a qual é ideal para aplicação, assim como, a própria preparação de trecho de via a ser executada a manutenção, passará por processo mecanizado de preparo e posterior aplicação dos insumos e do CBUQ, o qual receberá o adequado acabamento, também pelos equipamentos que integram o Caminhão Truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas.

4.23. O quantitativo foi estipulado pela demandante, com base em serviços de execução de serviços de manutenção e recuperação de vias públicas realizados diariamente tendo por base a utilização das equipes existentes na Companhia, e tem por ideia reforçar cada Regional com dois equipamentos inicialmente, os quais poderão ser remanejados dentro das áreas de atuação da Companhia, conforme aumento de demandas sazonais em cada Regional.

4.24. Os serviços de manutenção e recuperação de vias é perene, contudo, registra picos de demandas em determinadas épocas do ano, sendo que com a aplicação dos veículos objeto deste Termo de Referência, tem-se por objetivo ampliar os trabalhos no período de seca, reduzindo o aumento de demandas em períodos chuvosos.

4.25. Assim sendo, e considerando as variações da frota, bem o atendimento de demandas eventuais e sazonais, e de acordo com os Programas de Trabalho da NOVACAP e do GDF, não é possível definir a quantidade precisa, mas apenas a estimativa de veículos e equipes.

## 5. DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

### QUADRO I

ITEM	DESCRIÇÃO /CARACTERÍSTICA DO OBJETO	QUANTIDADE PREVISTA PARA CONTRATAÇÃO
01	<p>Veículo Caminhão Truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas, capacidade de até 5 m³/caçamba térmica, chassi c/PBT de 24 toneladas, de procedência nacional; novo ou seminovo, com no máximo 01 (um) ano de fabricação, equipado com cabine suplementar de alumínio, fibra ou similar, c/capacidade mínima para 06 pessoas (com cintos de segurança), c/escada de acesso à carroceria, banheiro químico c/lavatório, c/conjunto de acessórios de alta precisão, c/praticidade de operação, com custo/benefício de qualidade, eficiência e robustez, para operação de manutenção e recuperação de vias públicas; operando em corte do local a ser restaurado, limpeza e pintura de ligação. Constando aplicação de mão de obra de: Motorista de Caminhão, Ajudante, Operador de Máquinas Pesadas e Oficial.</p> <p><b>a)Características e componentes/Equipamentos do Veículo:</b></p> <p>a1) Silo térmico de 5m³ para transporte e armazenamento de Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ, como capacidade de manutenção de temperatura entre 90 °C e 160 °C, com programação ajustável da temperatura;</p> <p>a2) Sistema de aquecimento 02 (dois) queimadores manuais tipo jato, alimentados por gás GLP e 02 (duas) RESISTÊNCIAS ELÉTRICAS DE 220 VOLTS, possibilitando o aquecimento do equipamento ligado em uma tomada;</p> <p>a3) Silo com descarga de material através de bica direcional giratória c/acionamento manual e esteiras, bidirecional c/dupla rotação para descarga, dois quebra túnel acionados por motor hidráulico.</p> <p>a4) KIT hidráulico para:</p> <p>a4.1) Rompedor com Bomba/Comando/Enroladeira/Mangueira por intermédio de bica para descarga da massa asfáltica;</p> <p>a4.2) Caneta de pintura manual c/controle de emulsão e controle de ar, p/limpeza de buraco através de ar pressurizado e pintura de ligação, c/6,00 metros de mangueira, c/sistema retrátil de enrolar e desenrolar;</p> <p>a4.3) Plataforma de operação c/retração mecânica para acoplamento ao caminhão;</p> <p>a5)Termômetro faixa de medição de -100 a 400°C e exatidão de ±0,3°C e ±0,3°C. Capacidade de memória para 10000 registros, comunicação com o computador, iluminação do visor (Backlight), congelamento da leitura (HOLD), desligamento automático após 30 minutos, indicação de bateria com pouca carga; acompanhado de sonda de temperatura tipo vareta, PT-100 ou similar;</p> <p>a6) Painel de controle de fácil operação p/controle dos comandos hidráulicos da rosca sem-fim, quebra túnel, abertura de comportas superiores, termômetro e sinalização;</p> <p>a7) Sistema de esteira p/deslocamento do material c/esteira de aço tracionada por moto-redutor hidráulico;</p> <p>a8) Caixa p/resíduos- Duas caixas de resíduos laterais: 320 litros/0,32m³ (cada) e uma caixa de resíduos traseira: 605 litros/0,605m³ c/fundo basculante;</p> <p>a9) Pressurização do sistema alimentada pelo compressor de ar do veículo;</p> <p><b>b) RESERVATÓRIOS: (OBRIGATÓRIO)</b></p> <p>b1) Reservatório de emulsão c/Tanque isotérmico c/capacidade de 280 litros;</p> <p>b2) Reservatório de água c/Tanque c/capacidade superior a 100 litros;</p> <p>b3) Reservatório de ar e diesel- Tanque c/capacidade de 165 litros - bipartido, sendo: 50 litros de diesel e 115 litros de ar;</p> <p>b4) Reservatório de óleo hidráulico c/Tanque isotérmico c/capacidade de 155 litros;</p> <p>b5) Reservatório de óleo térmico c/capacidade de 970 litros;</p> <p><b>c) ACESSÓRIOS: (OBRIGATÓRIO)</b></p> <p>c1) Máquina serra de corte de pavimento c/disco diamantado de 17";</p> <p>c2) Cabine suplementar de alumínio, fibra ou similar c/capacidade p/no mínimo 06 pessoas;</p> <p>c3) Instalações sanitárias conforme NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;</p> <p>c4) Escada de acesso à carroceria;</p> <p>c5) Tenda 3mx3m, mesa e cadeira para 06 pessoas;</p> <p>c6) Placa compactadora da massa asfáltica, vibratória, de 5,5CV;</p> <p>c7) Rompedor hidráulico;</p> <p>c8) Engate Mecânico.</p> <p><b>d) ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO: (OBRIGATÓRIO)</b></p> <p>d1) Sistema de iluminação de alerta "GIROFLEX";</p> <p>d2) Conjunto de Faixa Refletivas, conforme Portaria 1164/2010-DENATRAN;</p>	012

	<p>d3) Conjunto de Lanternas delimitadoras, conforme DENATRAN;</p> <p>d4) Conjunto de lanternas laterais e traseiras c/refletores, conforme DENATRAN;</p> <p>d5) 10 (dez) Cones de sinalização viária;</p> <p>d6) Placa de sinalização de transporte de material de risco com a dimensão de 40 x 30 cm, conforme NBR 7500;</p> <p>d7) Placa de Identificação de prestador de serviços da NOVACAP com a dimensão de 50 x 40 cm, afixadas nas portas dianteiras dos veículos</p> <p><b>Obs.:</b></p> <p>1) Insumos: Todos os insumos a serem fornecidos pela Empresa contratada; combustível: Óleo Diesel, Óleo Hidráulico, Óleo Térmico, outros, exceto insumos betuminosos, necessários à perfeita execução dos serviços e operação, e funcionamento dos equipamentos, incluindo manutenção e limpeza/higienização da cabine suplementar e do lavatório (quando dotado).</p> <p>2) Veículo a ser aprovado mediante "Ficha de Vistoria" (Check-List), feito pela Companhia.</p> <p>3) Veículo equipado com tacógrafo calibrado e aferido pelo INMETRO, atender normas e exigências do DETRAN/CONTRAN/DENATRAN, com acessórios e equipamentos obrigatórios</p> <p>4) A não apresentação de veículo em condições de operação, acarretará no não pagamento (ou glosa) do valor da locação, ou poderá resultar em multa por descumprimento das obrigações por parte da Empresa contratada</p> <p>5) A <b>NOVACAP</b> implantará no(s) veículo(s) contratado(s), o sistema de monitoramento/rastreamento via satélite (GPS/GPRS/GSM), necessário para aferição de custos e produtividade.</p> <p>6) O sistema de GPS utilizado será próprio da NOVACAP, contudo, não há impedimento para que a empresa use de forma simultânea sistema de GPS e/o telemetria próprios, desde que não interfira no sistema de rastreamento e monitoramento da NOVACAP.</p> <p>7) Os veículos, objetos do presente Termo de Referência, quando da entrega deverão, obrigatoriamente, serem emplacados e licenciados no Distrito Federal, em cumprimento ao disposto na Lei nº 4.396 de 26 de Agosto de 2009.</p> <p>7.1) A exigência legal de que trata o item 7, deste quadro, não possui caráter impeditivo de participação, sendo concedido a contratada o prazo de 30 (trinta) dias da vistoria dos veículos, para providencias a mudança de emplacamento dos veículos para o Distrito Federal.</p>	
02	Postos de trabalho de Motorista/Condutor - CNH - Categoria "D" ou "E" com permissão ao transporte de "Produtos Betuminosos"	<b>012</b>
03	Postos de trabalho de mão de obra operacional: Ajudante	<b>036</b>
04	Postos de trabalho de mão de obra operacional: Operador de Máquinas Pesadas - CNH - Categoria B, C, D ou E	<b>012</b>
05	Postos de trabalho operacional: Oficial (Encarregado)	<b>012</b>

5.1. Do total de postos de trabalho previsto para contratação, até o limite de 2% (dois por cento) do total, deverão ser ocupadas por pessoas em situação de rua, conforme determina a Lei. n.º 6.128/2015 e o Decreto n.º 45.846/2024;

5.2. Os canditos as vagas estipuladas no item 5.1, devem atender as exigências de qualificação de escolaridade e de instrução técnica.

6. DO LOTE E DO PREÇO ESTIMADO

6.1. O quantitativo global estimado será de 12 (doze) veículos, do tipo Caminhão Truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas, assim especificado, visa permitir a contratação de empresa especializada, com vista prestação de forma continuada, **sob demanda**, nos serviços de manutenção e recuperação de vias, estando incluído às expensas da contratada, o Motorista/Condutor, com aplicação da mão de obra operacional, bem como a manutenção preventiva/corretiva de veículos e equipamentos; seguro, fornecimento do combustível de veículos e equipamentos, mobilização e desmobilização de veículos/equipamentos, ferramental operacional e empregados envolvidos em operações e outros, para a **NOVACAP**; sendo o custo da contratação, com valor estimativo total de **R\$ 24.118.912,74 (vinte e quatro reais e doze centavos e setenta e quatro centavos)** conforme quantitativos especificados no Quadro I, Lote Único;

6.2. Para efeito de definição dos preços, a proposta deverá contemplar o valor global por lote, tomando como base os preços de mercado, expressos na Nota Técnica N.º 2/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DETRA (151380688), segundo pesquisas realizadas pela **NOVACAP**, dentro das descrições e características dos veículos, englobando custos de mão de obra (com encargos trabalhistas e benefícios CCT), manutenção preventiva, corretiva, combustíveis, seguro dos veículos e outras despesas atinentes aos custos fixos e variáveis de manutenção de frotas;

6.3. O quantitativo foi distribuído de conformidade com a perspectiva de atuação da Diretoria de Cidades e Divisões Regionais da **NOVACAP**, bem como, com as demandas da área de pavimentação da Companhia, conforme Memorando Nº 174/2024 - NOVACAP/PRES/DU/DEINFRA/DIMAV (137636980), Despacho – NOVACAP/PRES/DU (147176749) e Despacho - NOVACAP/PRES/DC/DRE (155716648);

6.4. O quadro a seguir, apresenta estimativa do valor total do contrato, tendo efeitos para dimensionar o valor do contrato a ser celebrado entre as partes, por um período inicial de 12 (doze) meses, sendo elaborado na seguinte premissa:

QUADRO I - LOTE ÚNICO - VALORES REFERENCIAIS

LOTE		DESCRIÇÃO CARACTERÍSTICA DO VEÍCULO	Qtd	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO MENSAL ESTIMADO	BDI	CUSTO MENSAL COM BDI	CUSTO ESTIMADO P/ 12 MESES
	A	Veículo Caminhão Truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas, capacidade de até 5 m³/caçamba térmica, chassi c/PBT de 24 toneladas, de procedência nacional, novo ou seminovo, com no máximo 01 (um) ano de fabricação, c/conjunto de acessórios de alta precisão, c/praticidade de operação, com custo/benefício de qualidade, eficiência e robustez, para operação de recuperação e manutenção de vias públicas; operando em corte do local a ser restaurado, limpeza a pintura de ligação (conforme especificações- Item 5 - Quadro I). Constando aplicação de mão de obra de: Motorista de Caminhão, Ajudante, Operador de Máquinas Pesadas e Oficial (Encarregado)	12	R\$ 114.116,50	R\$ 1.369.398,00	18,20%	R\$ 1.618.628,44	R\$ 19.423.541,23
1		Motorista/Condutor - Mensalista	Qtd	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO MENSAL TOTAL	BDI	CUSTO MENSAL TOTAL COM BDI	CUSTO TOTAL ESTIMADO P/ 12 MESES
	B	Motorista/Condutor de Caminhão	12	R\$ 2.192,00	R\$ 26.304,00	18,20%	R\$ 31.091,33	R\$ 373.095,94
	C	Encargos Sociais sobre Mão de Obra (NOVACAP) S/Desoneração 73,06%	12	R\$ 1.601,47	R\$ 19.217,64	18,20%	R\$ 22.715,25	R\$ 272.583,01
	D	Encargos Complementares - Adicional Periculosidade + Benefícios CCT	12	R\$ 1.493,60	R\$ 17.923,20	18,20%	R\$ 21.185,22	R\$ 254.222,67
		Custo: Motorista/Condutor - Mensalista + Encargos + Benefícios CCT (B+C+D)	12	R\$ 5.287,07	R\$ 63.444,84	18,20%	R\$ 74.991,80	R\$ 899.901,61
		Ajudante - Mensalista	Qtd	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO ESTIMADO	BDI	CUSTO MENSAL COM BDI	CUSTO ESTIMADO P/ 12 MESES

			MENSAL	MENSAL			
E	Ajudante	36	R\$ 1.513,00	R\$ 54.468,00	18,20%	R\$ 64.381,17	R\$ 772.574,04
F	Encargos Sociais sobre Mão de Obra (NOVACAP) S/Desoneração 73,06%	36	R\$ 1.105,39	R\$ 39.794,04	18,20%	R\$ 47.036,55	R\$ 564.438,60
G	Encargos Complementares - Adicional Periculosidade + Benefícios CCT	36	R\$ 1.289,90	R\$ 46.436,40	18,20%	R\$ 54.887,82	R\$ 658.653,84
Custo: Ajudante - Mensalista + Encargos + Benefícios CCT (E+F+G)		36	R\$ 3.908,29	R\$ 140.698,44	18,20%	R\$ 166.305,56	R\$ 1.995.666,67
Operador de Máquinas Pesadas - Mensalista		Qtd	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO ESTIMADO MENSAL	BDI	CUSTO MENSAL COM BDI	CUSTO ESTIMADO P/ 12 MESES
H	Operador de Máquinas Pesadas	12	R\$ 2.192,00	R\$ 26.304,00	18,20%	R\$ 31.091,32	R\$ 373.095,84
I	Encargos Sociais sobre Mão de Obra (NOVACAP) S/Desoneração 73,06%	12	R\$ 1.601,47	R\$ 19.217,64	18,20%	R\$ 22.715,25	R\$ 272.583,00
J	Encargos Complementares - Adicional Periculosidade + Benefícios CCT	12	R\$ 1.493,60	R\$ 17.923,20	18,20%	R\$ 21.185,22	R\$ 254.222,64
Custo: Operador de Máquinas Pesadas - Mensalista + Encargos + Benefícios CCT (H+I+J)		12	R\$ 5.287,07	R\$ 63.444,84	18,20%	R\$ 74.991,80	R\$ 899.901,61
Oficial (Encarregado) - Mensalista		Qtd	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO ESTIMADO MENSAL	BDI	CUSTO MENSAL COM BDI	CUSTO ESTIMADO P/ 12 MESES
K	Oficial (Técnico em Pavimentação)	12	R\$ 2.192,00	R\$ 26.304,00	18,20%	R\$ 31.091,32	R\$ 373.095,84
L	Encargos Sociais sobre Mão de Obra (NOVACAP) S/Desoneração 73,06%	12	R\$ 1.601,47	R\$ 19.217,64	18,20%	R\$ 22.715,25	R\$ 273.583,00
M	Encargos Complementares - Adicional Periculosidade + Benefícios CCT	12	R\$ 1.493,60	R\$ 17.923,20	18,20%	R\$ 21.185,22	R\$ 254.222,64
Custo: Oficial (Técnico em Pavimentação) - Mensalista + Encargos + Benefícios CCT (K+L+M)		12	R\$ 5.287,07	R\$ 63.444,84	18,20%	R\$ 74.991,80	R\$ 899.901,61
Custo Total: Veículo + Motorista + Ajudante + Operador de Máquinas Pesadas + Oficial - Mensalistas- + Encargos e Adicional + Benefícios CCT			R\$ 133.886,00	R\$ 1.700.430,96	18,20%	R\$ 2.009.909,39	R\$ 24.118.912,74

- 6.5. O quadro comparativo de propostas comerciais que embasaram a formação de preços de referência de locação de veículos e de mão de obra, constam do Anexo XIII deste Termo de Referência, bem como na Nota Técnica N.º 2/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DETRA (151380688).
- 6.5.1. Não se logrou êxito na composição de preços de referência, por meio de pesquisa no Portal Banco de Preços, conforme Nota Técnica N.º 28/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DICOM (151414154), implicando na pesquisa de mercado junto a fornecedores.
- 6.6. O BDI máximo admitido será de 18,20% (dezoito vírgula vinte por cento), podendo a licitante apresentar proposta comercial, caso queira, com BDI menor que o índice de referência.
- 6.6.1. A fórmula do BDI aplicado a este Termo de Referência está acostado ao ANEXO V deste Termo.
- 6.7. A remuneração dos veículos se dará por meio de pagamento de valor mensal
- 6.8. Para composição de custos de mão de obra, deverá ser observada como parâmetro a Convenção do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Brasília e o Sindicato das Indústrias de Artefatos, Cimento, Concretos e Mármore do Distrito Federal - SINDARCOM/DF.
- 6.8.1. CCT 2023/2025: [http://arquivos.sindicatodaindustria.com.br/app/cni\\_sindicatos/2022/02/03/123/20230619102208917042o.pdf](http://arquivos.sindicatodaindustria.com.br/app/cni_sindicatos/2022/02/03/123/20230619102208917042o.pdf);
- 6.8.2. Aditivo CCT 2024/2025: [http://arquivos.sindicatodaindustria.com.br/app/cni\\_sindicatos/2022/02/03/123/20240517095640394555o.pdf](http://arquivos.sindicatodaindustria.com.br/app/cni_sindicatos/2022/02/03/123/20240517095640394555o.pdf).
- 6.9. Os custos de encargos sociais, sobre custo de mão-de-obra, estão acostados na Planilha de Encargos Sociais com e sem Desoneração de folha, conforme Anexo IV deste Termo.
- 6.10. Para os preços de referência do Item 6.4 (QUADRO I - LOTE ÚNICO - VALORES REFERENCIAIS), foram considerados os referenciais da Planilha de Encargos Sociais Sem Desoneração de folha, acostadas ao ANEXO IV (Apenas para mão de obra).
- 6.11. A composição de custos constante do Lote acima, representa a estimativa de custo global, tendo efeitos apenas para fins de dimensionamento e estimativa do valor do contrato a ser celebrado entre as partes, por um período de 12 (doze) meses;
- 6.12. Para efeito de definição dos preços, a licitante deverá balizar sua proposta, tomando como base os valores constantes nas planilhas do item 6.4, e preencher com os valores propostos as planilhas constantes nos **ANEXO VI e XI - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**, segundo estudo e pesquisas de referência feitas pela **NOVACAP**, a qual constado ANEXO XIII;
- 6.13. Na planilha de cotação de preços da licitante, deverá constar: Grupo/Lote Número, Nº de ordem (Item), descrição: veículos, quantidade; valor unitário; valor global/mês; valor global/ano e, tendo por base os valores de referência constantes nas planilhas do Item 6.4 e formação de custo de cada item do respectivo Grupo/Lote;
- 6.14. A licitante não poderá apresentar cotação de preço unitário superior aos previstos nas Planilhas constantes do ANEXO XIII do Termo de Referência.
- 6.15. Para efeito de julgamento das propostas, atendidas as demais condições do Edital, e conforme “**Decisão Nº 2.832/2018-TCDF - (Achado 8); V)**”, será tomado como base os menores preços, contemplados, sobre aqueles elaborados segundo o **ANEXO VI - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**, constante neste Termo de Referência;
- 6.16. A licitante deverá apresentar cotação de preços para todos os itens do lote em disputa, sob pena de desclassificação;
- 6.17. A licitante deverá apresentar proposta de preços e planilha de custos, adequada ao lance vencedor, conforme o Edital, após declaração do resultado final do certame, no prazo estipulado no Edital;
- 6.18. Será desclassificada a proposta de preços cuja composição de custos apresente valores irrisórios, inexequíveis ou incompatíveis com os praticados no mercado.
- 6.18.1. Será considerando indício de inexequibilidade, propostas apresentadas, cujos valores sejam iguais e/ou inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Companhia.

7. DA ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS

- 7.1. Os serviços de mão de obra de: Motorista, Ajudante, Operador de Máquinas Pesadas e Oficial (encarregado), serão contratados conforme a demanda de serviços, contidos neste Termo de Referência, referem-se às áreas de trabalho descritas a seguir, acompanhadas das respectivas atribuições.

- 7.1.1. Os serviços requeridos serão prestados continuamente, conforme demanda da Companhia, sendo as quantidades e condições especificadas, quando demandados por Ordem de Serviço;
- 7.2. Para efetiva operação de veículos/equipamentos, objeto deste Termo de Referência será necessária a contratação de pessoal especializado e qualificado para ocupar os postos de trabalho de Motorista Profissional, Ajudante, Operador de Máquinas Pesadas e Oficial (Encarregado), com folguista/ferista.
- 7.3. A função de **Motorista** está prevista no Código Brasileiro de Ocupações - CBO n.º 7823-10;
- 7.4. A Função de **Ajudante** está prevista no Código Brasileiro de Ocupações - CBO n.º 7170-20;
- 7.5. A função de **Operador de máquinas pesadas** está prevista no Código Brasileiro de Ocupações - CBO n.º 7121-25;
- 7.6. A função de **Encarregado** está prevista no Código Brasileiro de Ocupações - CBO n.º 7102-05;
- 7.7. O Motorista, Ajudante, Operador de Máquinas Pesadas e Oficial, não terão qualquer vínculo empregatício com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil-**NOVACAP**, a Contratante;
- 7.8. O Motorista, Ajudante, Operador de Máquinas Pesadas e Oficial, vinculados à contratada, na condição de prestador de serviços da **NOVACAP**, atuará em qualquer área de atuação da Companhia, o que representa todo o território do Distrito Federal;
- 7.8.1. A alocação do veículo, motorista, do ajudante, do operador de máquinas pesadas e do Oficial, ficará a critério da necessidade operacional da **NOVACAP**, não havendo local fixo de trabalho;
- 7.8.2. Caberá ao Motorista, Ajudante, Operador de Máquinas Pesadas e ao Encarregado:
- 7.8.2.1. Executar com habilidade suas obrigações, procurando sempre ser útil, demonstrando interesse pelo serviço prestado;
- 7.8.2.2. Deverão manter respeito, cortesia e urbanidade, no trato e relacionamento com o(s) empregado(s) da Contratante;
- 7.8.2.3. Não tratar de problemas particulares ou de serviço com outro(s) usuário(s) do veículo, quando transportados ou no lugar de trabalho;
- 7.8.2.4. Não ouvir música em volume alto, e/ou cujas letras possam vir a ofender a moral e/ou religião de outro(s) usuário(s) do veículo ou local de trabalho;
- 7.8.2.5. Não transportar pessoas não autorizadas;
- 7.8.2.6. Anotar o nome e matrícula das pessoas transportadas em lista própria a ser fornecida pela **NOVACAP**;
- 7.8.2.7. Apresentar-se nos horários determinados pelo preposto, despachante, supervisor e/ou encarregado;
- 7.8.2.8. Apresentar-se sempre, devidamente uniformizado e identificado com crachá de prestador de serviço;
- 7.8.2.9. Respeitar as normas internas da **NOVACAP**;
- 7.9. **Competirá ao Ajudante - CBO - 7170-20**
- 7.9.1. Ensino fundamental, mínimo 6 º ano;
- 7.9.2. Organizar materiais e ferramentas;
- 7.9.3. Carregar ferramentas;
- 7.9.4. Carregar e descarregar materiais no caminhão quando necessário;
- 7.9.5. Executar a limpeza de ferramentas e máquinas;
- 7.9.6. Limpar, varrer, raspar áreas de para imprimação e aplicação de CBUQ;
- 7.9.7. Isolar e fazer a sinalização com cones, fitas de segurança e bandeirolas nas áreas de atuação das equipes;
- 7.9.8. Preparar o pavimento (escavação, limpeza e recolhimento de pedaços de asfalto), para recebimento de nova camada de CBUQ;
- 7.9.9. Executar a compactação manual de solos e revestimentos quando necessário;
- 7.9.10. Espalhar CBUQ, por sistema de rastelagem;
- 7.9.11. Auxiliar o encarregado, operador de máquinas pesadas e o motorista em suas atribuições, quando solicitado.
- 7.10. **Competirá ao Motorista/Condutor - CBO - 7823-10:**
- 7.10.1. Ensino médio completo;
- 7.10.2. Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria "D ou E", com no mínimo, 02 (dois) anos de experiência na respectiva categoria, em prática de serviços iguais ou similares ao exigido neste TR, devidamente comprovada em Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS;
- 7.10.3. Possuir curso específico para transporte de produtos betuminosos, com Certificação emitida por Centro de Formação e homologada pelo DENATRAN ou DETRAN/DF;
- 7.10.4. Conduzir os veículos que lhe forem determinados, pelas rotas constantes no plano de trabalho ou Diário de Operações-DIO, contribuindo para a plena execução do cronograma de trabalho da Companhia;
- 7.10.5. Observar atentamente e rigorosamente as Leis de Trânsito;
- 7.10.6. Observar a velocidade máxima da via por onde estiver trafegando;
- 7.10.7. Não deverá fumar quando no desempenho de sua função, ao conduzir veículo;
- 7.10.8. Praticar direção defensiva, diminuir velocidade, aumentando a atenção quando estiver chovendo;
- 7.10.9. Manter atenção redobrada nas proximidades de semáforo, controle eletrônicos de trânsito, faixas de pedestres e colégios;
- 7.10.10. Manter atenção ao movimentar o veículo, verificando à sua volta, antes, se nada impede a manobra a ser feita;
- 7.10.11. Não poderá deixar o veículo desacompanhado ou sem a vigilância necessária à sua segurança;
- 7.10.12. Nunca deverá parar o veículo por solicitação de estranhos, visando à perfeita e segura condução;
- 7.10.13. Não deverá fornecer a estranhos, informações pessoais suas, nem tampouco quanto a pessoas que transporta;
- 7.10.14. Zelar pelo veículo, mantendo-o sempre em perfeitas condições de funcionamento, e de limpeza;
- 7.10.15. Evitar arrancadas bruscas e freadas violentas, desnecessárias.
- 7.11. **Competirá ao Operador de máquinas pesadas - CBO - 7121-25**
- 7.11.1. Ensino médio completo;
- 7.11.2. Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria "B, D ou E", com no mínimo, 02 (dois) anos de experiência na respectiva categoria, em prática de serviços iguais ou similares ao exigido neste TR, devidamente comprovada em Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS;
- 7.11.3. Operar e manusear máquinas leves e pesadas, quais sejam:
- 7.11.3.1. Conjunto de equipamentos existentes no caminhão, dentre eles a serra de corte, e todo o conjunto de aplicação de emulsão
- 7.11.3.2. Placa compactadora de asfalto;
- 7.11.3.3. Rompedor hidráulico;
- 7.11.3.4. Engate mecânico;
- 7.11.3.5. Conjunto de aquecimento do equipamento e da caçamba térmica;
- 7.11.4. Executar serviços de terraplenagem e nivelamento;
- 7.11.5. Executar serviços de corte de revestimentos;
- 7.11.6. Executar serviços de escavação;



- 7.11.7. Executar de serviços carregamento de caminhões;
- 7.11.8. Identificar e realizar pequenos reparos no equipamento;
- 7.11.9. Cavar buracos para criação de fundações;
- 7.11.10. Operar a máquina com responsabilidade, mantendo a segurança de toda a equipe durante a operação do equipamento;
- 7.11.11. Usar os equipamentos de proteção individual;
- 7.11.12. Fazer relatórios sobre o estado da máquina, e conferir se é preciso a realização de manutenção preventiva e corretiva;
- 7.11.13. Atender as recomendações do encarregado, desde que não coloque em risco a integridade do equipamento do da equipe
- 7.12. **Competirá ao Oficial (Encarregado) - CBO - 7102-05:**
- 7.13. Ensino médio completo ou técnico (Edificações e/ou de pavimentação asfáltica);
- 7.13.1. Coordenar, monitorar e orientar a equipe de trabalho,
- 7.13.2. Acompanhar a leitura e execução de projetos,
- 7.13.3. Acompanhar e administrar o cronograma de execução de obras;
- 7.13.4. Controlar os equipamentos;
- 7.13.5. Fazer a medição de serviço;
- 7.13.6. Controlar a qualidade de material aplicado;
- 7.13.7. Gerenciar a destinação de resíduos e detritos;
- 7.13.8. Monitor resultados e padrões de qualidade;
- 7.13.9. Delegar tarefas;
- 7.13.10. Inspecciona a execução de serviços;
- 7.13.11. Assessorar as atividades de todos os envolvidos na obra;
- 7.13.12. Fiscalizar o cumprimento das normas de segurança;
- 7.13.13. Apresentar relatórios de execução quando solicitado;
- 7.13.14. Demais atribuições atinentes ao cargo.
- 7.14. A documentação relativa ao atendimento das qualificações técnicas e laborais dos empregados contratados deverão ser encaminhadas ao Executor do Contrato, para análise da satisfação dos itens 7.9, 7.10, 7.11 e 7.12, antes de sua efetivação junto a licitante contratada;
- 7.15. A análise limitar-se-á a verificação de atendimento de requisitos como escolaridade, capacidade profissional, experiência laboral, e categoria de habilitação, não podendo o Executor do Contrato, direcionar candidatos e/ou criar embaraços a contratação de candidatos que atendam aos exigências deste Termo de Referência.
- 7.16. Todo Motorista/conductor, Ajudante, Operador de Máquinas Pesadas e Oficial, tido(s) como não qualificado(s), ou entendido como inadequado(s) para a execução dos serviços, ou ainda, que vier (em) a cometer falta de natureza grave, não poderá (ão) ser mantido (s) em serviço e deverá (ão) ser substituído (s), no prazo máximo de 24 horas a contar do recebimento da NOTIFICAÇÃO da Contratante.

## **8. DO UNIFORME**

- 8.1. O uso do uniforme e do crachá são obrigatórios dentro da Companhia e durante o expediente, não sendo admitido outro tipo de vestimenta;
- 8.2. A CONTRATADA, às suas expensas, deverá fornecer aos seus empregados, **uniformes novos**, incluindo calçado (sapato e/ou botina) adequados aos serviços, submetendo-os previamente à aprovação do Executor/fiscal da CONTRATANTE;
- 8.2.1. Para avaliação do uniforme deverá a CONTRATADA submeter amostra do modelo, cor e qualidade do tecido, podendo ser solicitada a substituição dos que não atenderem as especificações;
- 8.2.2. O prazo de apresentação da amostra de uniforme será de até 5 (dias) corridos, após a assinatura do contrato;
- 8.3. O conjunto de uniformes será composto por:
- 8.3.1. 3 (três) camisas do tipo manga cumprida, na cor azul escuro/ e/ou alaranjado padrão único, confeccionada em tecido tipo algodão/algodão misto, as quais deverão ter ao menos uma faixa na cor laranja ou verde refletiva na posição horizontal;
- 8.3.1.1. As camisas destinadas ao encarregado, caso opte a licitante contratada, poderá ser de manga curta, mantendo-se os mesmos padrões de cor e segurança;
- 8.3.2. 2 (duas) calças jeans escuro na cor azul escuro, padrão único;
- 8.3.3. 2 (dois) pares de botinas, de couro ou material similar na cor preta, com biqueira de ferro;
- 8.3.4. 1 (um) cinto em couro na cor preta;
- 8.3.5. 1 (um) par de luvas de raspa;
- 8.3.6. 1 (um) capacete de segurança, com aba frontal (padrão H-700);
- 8.3.7. 1 (um) abafador tipo concha;
- 8.3.8. 1 (um) par de óculos proteção (escuro, âmbar ou cristal);
- 8.3.9. Considerando questões de natureza ortopédica, será admitido o uso de calçado diverso da botina, desde que na cor preta ou escuro, com comprovação ortopédica.
- 8.4. A CONTRATADA ficará responsável pelos ajustes de alfaiataria que se fizerem necessários, à boa apresentação dos uniformes, e não repassando custos aos seus empregados ou à CONTRATANTE;
- 8.4.1. Após a entrega do primeiro uniforme, a CONTRATADA deverá **substituí-los** por novos, **de 06 (seis) em 06 (seis) meses**, independentemente do estado em que se encontrem;
- 8.4.2. A CONTRATADA deverá substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgaste precoce, independentemente do prazo estabelecido acima, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE ou mesmo para os empregados;
- 8.4.3. A contratante, em caso de identificação de má conservação ou estado de apresentação dos uniformes e/ou crachá de identificação, e no caso de enquadramento do Item 8.3, poderá notificar a contratada formalmente para proceder a substituição da peça e/ou peças defeituosas.
- 8.5. Em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos itens de uniformes e materiais deverão ser repassados aos seus empregados;
- 8.6. As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, compatível com o clima de Brasília, duráveis e que não desbotem facilmente;
- 8.7. Os uniformes deverão conter o **emblema/logomarca da CONTRATADA**, de forma visível, preferencialmente, na própria camisa, devendo constar na parte das costas a frase: **"A SERVIÇO DA NOVACAP"**;
- 8.8. O prazo para efetuar a entrega das peças dos uniformes será de, no máximo 10 (dez) dias corridos, a contar da tiragem das medidas individual de cada funcionário, que ocorrerá após a assinatura do Contrato;
- 8.8.1. No caso especificado nos itens 8.4.1 e 8.4.2 o prazo para efetuar a entrega das peças dos uniformes substitutas, será de no máximo, 15 (quinze) dias corridos, contados da data de cumprimento do período de 06 (seis) meses de uso, ou da notificação, por escrito, da necessidade de substituição de uniforme (item 8.4.3);
- 8.8.2. Os uniformes deverão ser entregues aos empregados da CONTRATADA, mediante recibo em relação nominal, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao responsável pela fiscalização da prestação dos serviços;
- 8.9. Às empregadas da CONTRATADA que sejam gestantes, deverão ser fornecidos uniformes apropriados, substituindo-os sempre que necessário;

8.10. Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação do CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA submeter amostra do modelo, cor e qualidade do tecido, podendo ser solicitada a substituição dos que não atenderem as especificações.

#### 8.11. DO CRACHÁ

8.11.1. A CONTRATADA, confeccionará, as suas expensas, crachá em material do tipo PVC ou similar, com fita de suporte, o qual deverá ficar localizado na altura do peito do empregado/colaborador terceirizado;

8.11.2. O crachá deverá conter na parte da frente:

8.11.3. Nome da empresa contratada;

8.11.4. Foto atual do empregado;

8.11.5. Nome social do empregado;

8.11.6. Função do empregado;

8.11.7. Matrícula do empregado;

8.11.8. No verso o crachá deverá conter as seguintes informações:

8.11.9. Nome completo do empregado;

8.11.10. Função do empregado;

8.11.11. Data de admissão do empregado;

8.11.12. Número da Identidade do empregado;

8.11.13. Número do CPF do empregado;

8.11.14. Demais informações que a CONTRATADA julgar pertinente.

8.11.15. O crachá será fornecido ao empregado sem que a empresa lhe cobre pelo custo de confecção, o qual será trocado sem ônus ao empregado em caso de desgaste natural e/ou prematuro.

### 9. DA DEFINIÇÃO DO SALÁRIO-BASE E DOS DEMAIS BENEFÍCIOS DOS PROFISSIONAIS

9.1. Considerando o entendimento assente no âmbito do Tribunal de Contas da União-TCU (Acórdãos TCU nº 256/2005; 290/2006; 1.327/2006; 614/2018; 1.125/2009; 332/2010; 1.584/2010; 3.006/2010; e 189/2011, todos do Plenário), bem como a disposição inserta no inciso III, do art. 20, da IN SLTI Nº 02/2008 (e alterações), as licitantes, quando da elaboração de suas propostas, deverão observar as seguintes regras, sob pena de desclassificação:

9.1.1. Os **benefícios e vantagens** inseridos em "*Convenção Coletiva de Trabalho*", das categorias de: "Motorista de Caminhão", "Ajudante", "Operador de Máquinas Pesadas" e "Oficial", **NÃO PODERÃO SER INFERIORES AOS ESTABELECIDOS NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DOS SINDICATOS AOS QUAIS AS EMPRESAS E OS PROFISSIONAIS ESTEJAM VINCULADOS**, no caso do Distrito Federal, sendo adotada como paradigma, a Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Brasília e o Sindicato das Indústrias de Artefatos, Cimento, Concretos e Mármore e Pedras do Distrito Federal - SINDARCOM/DF;

9.1.2. Os valores de referência para a proposta, no que tange a remuneração e benefícios, serão os apresentados neste Termo de Referência, mediante as justificativas que seguem, visando o melhor interesse da Administração;

9.2. Desta forma, o valor mensal, e o respectivo valor anual, da prestação dos serviços objeto desta contratação estão discriminadas no Anexo II - Planilha de Média de Projeção de Composição de Custos com Mão de Obra deste Termo de Referência;

9.3. O serviço pretendido possui natureza continuada, de acordo com o artigo 15 da IN nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

9.4. O serviço pretendido se enquadra no Regime de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra, conforme previsão contida no Artigo 17 da IN nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

9.5. O serviço a ser licitado caracteriza necessidade permanente desta Companhia, sendo fundamental para a realização das atividades complementares de transporte de pessoal e ferramental, insumos e materiais de pequeno e médio porte;

9.6. A falta ou interrupção na prestação dos serviços pode impactar negativamente na qualidade, na capacidade laborativa, nas condições propícias a execução das atividades finalísticas da **NOVACAP**, e consequente prejuízo a Administração.

### 10. DA JORNADA DE TRABALHO, DA CARGA HORÁRIA E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A jornada de trabalho será de 08 (oito) horas diárias, com uma hora de intervalo intrajornada, e 40 (quarenta) horas semanais, e consequentemente, uma carga horária mensal estimada de 220 (duzentas e vinte) horas;

10.2. A jornada de trabalho de que trata o item 10.1, será executada de segunda-feira a sexta-feira, preferencialmente, de 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, perfazendo a jornada de 08 (oito) horas diárias;

10.2.1. A critério da **NOVACAP**, poderá ser exigido da licitante contratada, que o percentual de até 40% (quarenta por cento) do quantitativo de postos de trabalho contratados, executem a jornada de trabalho de que trata o item 10.1, da seguinte forma:

10.2.2. De 07:00 às 11:00 e das 12:00 às 16:00, perfazendo a jornada de 08 (oito) horas diárias;

10.2.3. De 09:00 às 13:00 e das 14:00 às 18:00, perfazendo a jornada de 08 (oito) horas diárias;

10.3. A aferição do horário da mão-de-obra necessária à prestação dos serviços **ocorrerá por registro de ponto eletrônico, preferencialmente através de relógio de ponto biométrico, com exceção dos casos de prestação de serviço externo e/ou viagem, devidamente registrados**;

10.3.1. Considerando a execução de trabalho de campo, deverá ser adotado meio de registro eletrônico por aplicativo, o qual será de inteira responsabilidade da contratada.

10.4. Caso ocorram situações onde se faça necessária a execução de serviços com excesso de horas trabalhadas, além da jornada normal de trabalho, até no máximo 02 (duas) horas por dia, essas serão compensadas oportunamente a critério da Administração, e/ou de conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho-CCT, a que está vinculado;

10.4.1. As horas excedentes trabalhadas, nos termos deste item, não caracterizam serviço extraordinário;

10.4.2. Só poderão ser executadas horas excedentes com comunicação a Companhia, e desde que anuídas pelo Executor do Contrato;

10.4.3. Eventuais horas realizadas além do horários habitual, poderão ser compensadas, caso haja previsão de compensação e/ou de banco de horas na Convenção e/ou Convenção Coletiva de Trabalho-CCT da categoria;

10.5. Caso o horário de expediente do órgão, seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviços, para atendimento da nova situação;

10.6. Os serviços serão prestados em qualquer área de abrangência da **NOVACAP**, limitados ao Distrito Federal e/ou Região do Entorno do Distrito Federal, quando formalmente requerido e justificado pelo Diretor da Área demandante, com anuência do Chefe do Departamento de Transporte e Manutenção e do Diretor de Suporte.

### 11. DO PAGAMENTO: DOS SALÁRIOS - CONTAS VINCULADAS - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E DO FGTS

11.1. O pagamento será efetuado **mensalmente** à CONTRATADA, **no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento protocolado da Nota Fiscal/Fatura, compreendida nesse período a fase de atesto da mesma** - a qual conterá o endereço, o CNPJ, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa; a descrição clara do objeto do contrato - em moeda corrente nacional, por intermédio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela **NOVACAP**;

- 11.1.1. O pagamento à CONTRATADA ficará condicionado, exclusivamente, à apresentação da documentação prevista no artigo 239 do RLC da **NOVACAP**, conforme item 9.1.1 do Acórdão TCU nº 1.214/13;
- 11.2. A CONTRATADA deverá encaminhar à **NOVACAP**, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, a Nota Fiscal/Fatura, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento, constando de:
- 11.2.1. Comprovações que tratam do pagamento mensal dos empregados, juntamente, dos encargos sociais;
- 11.2.1.1. Folha de Pagamento do mês em referência (Listagem);
- 11.2.1.2. Aviso/Recibo de Férias-assinados;
- 11.2.1.3. Guia da Previdência Social-GPS/Comprovante de pagamento da GPS;
- 11.2.1.4. Guia de Recolhimento de FGTS (GR/FGTS)-Comprovante de pagamento da GR/FGTS;
- 11.2.1.5. Protocolo de Conectividade Social/CEF;
- 11.2.1.6. Relação de Empregados-RE, constando documentos relativos à Previdência Social-GFIP/SEFIP (Resumo do Fechamento-Tomador/Obra e Empresa - Resumo das Informações à Previdência Social - Relatório Analítico de GPS - Relatório Analítico da GRF/FGTS - RET-Relação de Tomador/Obra - RET-Relação de Tomador/Obra-Resumo - Resumo do Fechamento-Tomador/Obra e Empresa - Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher por Fundo FPAS) outros;
- 11.2.1.7. Documento de Arrecadação de Receitas Federais-DARF(Folha), Comprovante de pagamento de DARF;
- 11.2.2. Juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a CONTRATADA deverá disponibilizar as informações e/ou documentos exigidos no subitem 11.2.1 deste Termo de Referência;
- 11.2.3. A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos no subitem 11.2.1 caracteriza **descumprimento de cláusula contratual**, sujeitando a Contratada à aplicação das penalidades previstas no subitem 25 subitens deste Termo de Referência;
- 11.2.4. Ressalte-se que é vedada à CONTRATADA, a vinculação da efetivação do pagamento mensal dos salários dos seus empregados, ao recebimento mensal do valor afeto ao contrato celebrado com a **NOVACAP**, sob pena de aplicação da penalidade prevista no item 25 deste Termo de Referência;
- 11.3. Para execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, a **NOVACAP**;
- 11.4. A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pela CONTRATANTE, o qual somente atestará e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, a prestação dos serviços contratados, que são objeto deste Termo;
- 11.5. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras;
- 11.5.1. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 11.6. Previamente a cada pagamento à CONTRATADA, a CONTRATANTE realizará consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições iniciais de habilitação;
- 11.6.1. Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao SICAF, a mesma será comunicada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelos serviços já prestados, para, num prazo exequível fixado pela CONTRATANTE, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual;
- 11.6.2. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem anterior, poderá ser prorrogado a critério da CONTRATANTE;
- 11.7. Com base na súmula nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho, visando à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, fica facultado à Administração da CONTRATANTE, decidir pela abertura de conta vinculada específica, para depósito mensal dos valores provisionados, visando o pagamento de verbas rescisórias pertinentes a: "Férias", "13º salário", "Rescisão de Contrato de Trabalho", dos trabalhadores contratados, envolvidos na execução dos serviços, em consonância com o disposto no art. 19-A, c/c o prescrito, constante no anexo VII, ambos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017 e suas alterações posteriores, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:
- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
- b) parcialmente, pelo valor correspondente aos 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;
- c) parcialmente, pelo valor correspondente aos 13º salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
- d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento de verbas rescisórias; e
- e) o saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado;
- f) 13º Salário(8,33%), Férias/Rescisão(9,07%), Abono de Férias(3,03%), Adicional FGTS (5,00%), 1/3 Férias(7,82%).
- 11.8. A CONTRATADA se compromete, desde logo, a adotar todas as providências e a conceder todas as autorizações que se fizerem necessárias, para que a CONTRATANTE possa operacionalizar o comando do subitem 11.7;
- 11.9. Por força do Contrato fica a CONTRATANTE autorizada, em caráter irrevogável, fundamentada no inciso II do Art. 19-A, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017 e suas alterações posteriores, a providenciar **retenção na fatura e o depósito direto dos valores devido ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS, nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados à execução do contrato**, observada a legislação específica, em conformidade com o item 9.1.2 do Acórdão TCU nº 1.214/13;
- 11.9.1. A CONTRATADA deverá, no momento da assinatura do Contrato, autorizar a CONTRATANTE a fazer a retenção de que trata o subitem anterior;
- 11.10. Fica ainda a CONTRATANTE, autorizada, também e em caráter irrevogável, a deduzir do valor mensal faturado, e a recolher diretamente aos cofres públicos, as quantias que, em decorrência da execução do ajuste, a CONTRATADA passe a dever à **Previdência Social**, tanto em relação às contribuições patronais, quanto no tocante às descontadas do salário dos seus empregados, alocados para a prestação dos serviços, em conformidade com o item 9.1.2 do Acórdão TCU nº 1.214/13;
- 11.11. As providências previstas no subitens 11.9 e 11.10, somente serão adotadas caso a CONTRATADA deixe de honrar os pagamentos referentes às contribuições, previdenciárias e fundiária, correspondentes ao mês anterior ao de referência da cobrança;
- 9.11.1 - **Será considerada falta grave, caracterizada como falha em sua execução, o não pagamento do salário, do vale-transporte, do auxílio alimentação no dia fixado, e o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social e do FGTS dos empregados, que poderá ensejar a rescisão da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a NOVACAP**, nos termos do art. 251, III do Regulamento de Licitações e Contratos-RLC da **NOVACAP**;
- 11.12. A CONTRATANTE, fundamentada no inciso IV, do Art. 19-A, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017 e suas alterações posteriores, efetivará o **desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos empregados vinculados ao contrato, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA**, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, em conformidade com o item 10.1.2 do Acórdão TCU nº 1.214/13;
- 11.13. Além dos valores relacionados com o tributo a serem retidos, a CONTRATADA destacará na "Nota Fiscal" de cobrança, quando for o caso, também, as quantias correspondentes às retenções a serem depositadas na conta vinculada a que se refere o **subitem 11.7**;
- 11.14. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e das relativas ao FGTS, **poderá ensejar o pagamento em juízo dos valores em débito, caso as medidas de que tratam os subitens 11.8, 11.9, 11.11, não sejam suficientes para o total adimplemento daqueles encargos, e não for possível a realização desses pagamentos pela própria administração**, dentre outras razões, por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme item 9.1.3 do Acórdão TCU nº 1.214/13;
- 11.15. Ocorrerá a **retenção ou glosa no pagamento** sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a Contratada:
- 11.15.1. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas;
- 11.15.2. Deixar de utilizar materiais/equipamentos e recursos humanos, exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
- 11.16. O montante de que trata o aviso prévio trabalhado, correspondente a 23,33% da remuneração mensal, **deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato**;
- 11.16.1. **A partir da primeira prorrogação contratual, caso ocorra, o valor previsto a título de aviso prévio trabalhado, deverá considerar 03 (três) dias para cada ano de prorrogação, até o limite de 12 (doze) dias, conforme art. 1º, § único, da Lei nº 12.506/2011. Dessa forma, o novo montante corresponderá a 2,33% da remuneração mensal,**

**devendo ser depositado no período da respectiva vigência contratual;**

11.17. A movimentação da conta vinculada será efetivada **mediante autorização da CONTRATANTE**, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações;

11.17.1. A CONTRATADA poderá solicitar a autorização à CONTRATANTE, para utilizar os valores da conta vinculada, para o pagamento de **eventuais indenizações trabalhistas** dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato;

11.17.2. Para a liberação dos recursos da conta vinculada, visando pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados, ocorridas durante a vigência do contrato, a CONTRATADA **deverá apresentar à CONTRATANTE os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento**;

11.17.3. A CONTRATANTE expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista, e a conferência dos cálculos, **a autorização para a movimentação**, dirigida à instituição financeira oficial **no prazo máximo de cinco dias úteis**, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa;

11.17.4. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, **no prazo máximo de três dias corridos, o comprovante das transferências bancárias** porventura realizadas para **a quitação das obrigações trabalhistas**;

11.18. O **saldo remanescente da conta vinculada** será liberado à CONTRATADA, no momento do **encerramento do contrato**, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, **após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos serviços contratados**, conforme Anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017;

11.19. O saldo da conta vinculada a ser aberta pela CONTRATADA, será remunerado pelo índice da poupança, ou outro definido no acordo de cooperação, que a CONTRATANTE firmar com a instituição financeira, desde que obtenha maior rentabilidade.

## **12. DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS**

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data limite para apresentação das propostas;

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de 01 (um) ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

12.1.2. A data base para estabelecimento do interregno de 01 (um) ano, para o reajustamento do serviço de locação de veículos e equipamentos, exceto mão de obra, será contado da data de apresentação da proposta comercial pela licitante vencedora, conforme recomendação contida na Decisão n.º 3.188/2023 do TCDF (Item II, letra b n.º 1);

12.1.3. O Contrato, após cumprido o prazo disposto no subitem 12.1.2, no que tange a locação de veículos e equipamentos, exceto mão de obra, poderá ser reajustado conforme previsão contida no art. 2º do Decreto nº 37.121, de 16 de fevereiro de 2016, o qual estabelece que:

*"Art. 2º O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, deve ser adotado como índice de reajuste para compensar os efeitos das variações inflacionárias nos editais de licitação e contratos administrativos firmados pelo Distrito Federal, inclusive quando decorrentes de hipóteses de dispensa ou inexigibilidade."*

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01(um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **NOVACAP** pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

12.3.1. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente, o definitivo;

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo;

12.7. O reajuste poderá ser realizado via "Termo de Apostilamento ao Contrato";

12.8. A repactuação do contrato será concedida, na forma prevista na Instrução Normativa n.º 05/2017 SEGES, desde que sejam precedidas de solicitações da contratada, acompanhada de demonstração analítica de alteração de custos, por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços e de novo acordo ou convenção coletiva de trabalho que fundamente a repactuação;

12.8.1. Os custos relativos a mão de obra, serão objeto unicamente de repactuação, não havendo incidência do reajuste indicado nos subitens 12.1.1 a 12.1.3 deste Termo de Referência;

12.9. A CONTRATADA poderá exercer perante a CONTRATANTE, seu direito à repactuação da data do registro da convenção, ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional, **até a data da prorrogação contratual subsequente**, sendo que, **se não o fizer de forma tempestiva**, e, por via de consequência, **prorrogar o Contrato sem pleitear a respectiva repactuação**, ocorrerá a **preclusão de seu direito de repactuar**. (Acórdão nº 1.828/2008 - TCU/Plenário e Parágrafo Único do artigo 205 do RLC/NOVACAP);

12.10. As repactuações a que a contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

## **13. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DA VEDAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

13.1. Não será permitida a cessão de crédito quanto aos valores oriundos do contrato a ser firmado com a **NOVACAP**;

13.2. Não será permitida a participação de consórcio;

13.3. A licitação é feita em lote único, assim, não há reserva de cota a participação específica para microempresas e/ou empresas de pequeno porte, o que não veda a participação de ME e EPP;

13.4. Quanto à previsão do benefício da cota reservada, o artigo 26 da Lei nº 4.611, de 09 de agosto de 2011, que regulamenta, no Distrito Federal, o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, consigna: **"Art. 26. É estabelecida cota reservada para as entidades preferenciais nas licitações para aquisição de bens e obras de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto."** (grifo nosso)

13.5. Adicionalmente, Joel de Menezes Niebuhr traz o seguinte entendimento a propósito do tema:

*"A questão é a seguinte: o inc. III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06 prescreve que se promova licitação, para aquisição de bens de natureza divisível, com cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Fica claro que a cota reservada não é, necessariamente, de 25%. O texto prescreve que é de até 25%. Logo, em princípio, pode ser, por exemplo, 20%, 10%, 1% ou 0,5%. O limite máximo é 25%, o mínimo quem define é a Administração."*

13.6. Isso posto, entendemos que requer um fornecedor com capacidade robusta de recursos e insumos para garantir o fornecimento adequado e dentro dos padrões exigidos, logo, à aplicação de cota reservada conforme estipulado no Artigo 26 é impraticável neste contexto específico. A prioridade é assegurar a eficiência e a qualidade do fornecimento, o que somente pode ser alcançado por empresas com capacidade consolidada de recursos e insumos. Dessa forma, a dispensa da aplicação do Artigo 26 é justificada pela necessidade de garantir a padronização dos materiais e a eficiência logística na execução do contrato.

13.7. Ademais, o objeto versa sobre equipamentos de elevado custo e operação, o que se mostra inviável, do ponto de vista operacional, sua divisão em lotes, para atendimento de benefício a micro e pequenas empresas, eis que é possível que empresas beneficiadas pela Lei Complementar 123/2006, não possuam escopo operacional e econômico para atendimento do objeto do Certame.

13.8. Entretanto, poderá, após comunicação formal e anuência da NOVACAP, a critério da licitante, que vier a vencer o certame, caso contratada, subcontratar até 30% (trinta por cento) do lote, a micro empresas e empresas de pequeno porte;

13.8.1. Caso a licitante arrematante, opte por subcontratar o percentual do lote permitido, ficará responsável por apresentar mensalmente a comprovação das condições de regularidade trabalhista, fiscal e tributária da sublocada;

13.9. Não será permitida a participação na licitação (pregão) de empresas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição, uma vez que o objeto em questão não é de alta complexidade e de relevante vulto, que impeça a participação isolada de empresas.

#### 14. DA GESTÃO AMBIENTAL E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

14.1. A licitante contratada, em atendimento ao disposto nas Instruções Normativas n.º 01/2010 e 05/2017 da SLTI/MPOG deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços:

14.1.1. Prover a destinação ambiental adequada de baterias usadas e inservíveis na frota de veículos(vans) segundo disposto na Resolução CONAMA n.º 257 de 30 de junho de 1999;

14.1.2. Fornecer aos seus empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

14.1.3. Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamentos mantidos pelo próprio fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA n.º 416 de 30 de setembro de 2009, e legislação correlata;

14.1.4. Os veículos deverão obedecer aos limites máximos de ruídos fixados na Resolução CONAMA n.º 01, de 11 de fevereiro de 1993;

14.1.5. Os veículos deverão ter motorização que atenda no mínimo as normas estabelecidas pela Fase 7 do Programa Nacional de Controle de Poluição por Veículos Automotores-PROCONVE-P7;

14.1.6. A licitante contratada deverá apresentar, semestralmente, Laudo/Relatório, de Emissão de Poluentes comprovando o disposto no subitem anterior;

14.1.7. Todos os veículos obrigatoriamente deverão ser dotados de motor com sistema de alimentação eletrônico e ser abastecidos exclusivamente com óleo diesel do tipo S10, ou superior;

14.2. A licitante contratada deverá executar medidas de mitigação de danos ambientais e de compensação ambiental definidas no licenciamento ambiental, caso haja, e na legislação em vigor;

14.3. A licitante contratada deverá utilizar produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia, de recursos naturais e de recursos fósseis, bem como a redução de emissão de poluentes na atmosfera;

14.4. A licitante contratada deverá zelar pela proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, cujo impacto possa ser causado pela ação dos veículos contratados;

14.5. A licitante contratada deverá realizar o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de todo tipo de resíduo, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, em atendimento à legislação e demais normas ambientais vigentes;

14.6. A licitante contratada deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente e demais normas ambientais vigentes, independentemente do detalhamento e/ou da especificação do serviço, obra e/ou do projeto que seus veículos esteja envolvidos, durante a execução do contrato e a serviço da **NOVACAP**;

14.7. A licitante contratada responderá pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas ambientais vigentes;

14.8. Por se tratar de serviços de recuperação de malha viária, o material denominado de rejeito de asfalto (popularmente conhecido como fresado) deverá ser entregue integralmente a NOVACAP, para reaproveitamento do material, em vias de revestimento primário e rurais.

#### 15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Assinar o Instrumento Contratual ou documento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação formal através do Sistema SEI;

15.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos veículos, equipamentos e empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar veículos, equipamentos necessários e pessoal, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

15.3. Atender às solicitações da NOVACAP nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência;

15.4. Apresentar os veículos e equipamentos para vistoria, sempre que convocados;

15.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os defeitos, vícios ou incorreções que forem constatadas durante a execução dos serviços, por seus veículos e/ou empregados;

15.6. Utilizar empregados habilitados, qualificados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

15.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo efetivo, em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

15.8. Responsabilizar-se pelos vícios decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência, bem como todo e quaisquer danos ou prejuízos causados a veículos, máquinas, equipamentos e/ou instalações da NOVACAP, ao próprio veículo ou a terceiros, em função de ação ou omissão de seu empregado, durante a execução dos serviços, não cabendo à NOVACAP, quaisquer ônus ou ação judicial;

15.8.1. Apurado o dano de qualquer natureza, se o mesmo não for custeado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias da notificação do fato, a NOVACAP, após comunicação, que poderá ser por meio eletrônico, procederá com a retenção do valor necessário a reparar o dano, devidamente comprovado, da fatura seguinte a notificação;

15.9. Responsabilizar-se inteiramente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, sociais e de acidentes de trabalho, taxas, seguros e outros encargos que incidirem ou venha a incidir sobre a mão de obra -Motorista/Condutor, Ajudante, Operador de Máquinas Pesadas e Oficial - para execução do objeto do contrato;

15.9.1. Deverá a contratada apresentar Declaração de responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato, sempre que solicitado pelo executado

15.10. Deverá fornecer e manter atualizado, cadastro junto ao Departamento de Transportes e Manutenção-DETRA/DA/NOVACAP, contendo as informações referentes aos empregados que estejam a serviço da Companhia, relativo aos seguintes dados:

15.10.1. Nome completo;

15.10.2. Número e data de validade da Carteira Nacional de habilitação;

15.10.3. Número de telefone celular atualizado;

15.10.4. Tipo e modelo de Veículo, placa e prefixo conduzido/operado;

15.11. Designar preposto, aceito pela contratante, para representá-la durante a vigência do contrato, o qual poderá ficar nas dependências da NOVACAP, caso esta entenda ser conveniente, sem que isto represente vínculo de emprego de qualquer natureza;

15.11.1. A NOVACAP não se obriga a ceder espaço para o preposto, o qual deverá ficar em local autorizado pela Companhia, com serviços de água, luz, internet custeados pela Contratada;

15.12. Atender todas as condições e prazos previstos no Edital e Termo de Referência;

15.13. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições fiscais e técnicas, quando da licitação, durante toda a execução contratual;

15.14. Apresentar sua proposta, juntamente, documentação de habilitação - conforme modelos disponibilizados no Termo de Referência e/ou no Edital;

15.15. Os veículos integrantes da frota colocada à disposição para execução do contrato, objeto do procedimento licitatório, deverão atender todas as normas e legislação de trânsito do DETRAN/CONTRAN/DENATRAN, bem como as exigências contidas no Código Nacional de Trânsito Brasileiro, normas do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores-PROCONVE, e, legislação ambiental que regulamenta a matéria (CONAMA);

15.16. Os veículos, objeto do procedimento licitatório, deverão estar em perfeito estado de funcionamento e conservação, portando adesivos de identificação de prestador de Serviços da **NOVACAP**, com logomarca/logotipo da Companhia, e prefixo; em modelo e formato próprios, apresentado, conforme **ANEXO XII - MODELO DE ADESIVO DE**

#### IDENTIFICAÇÃO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS;

- 15.17. Em hipótese alguma os veículos poderão trabalhar sem a devida identificação constante do Item 16.16 deste Termo de Referência;
- 15.18. Os custos com arte, confecção e colocação (plotagem) dos adesivos de que trata o subitem 15.16 deste Termo de Referência, serão de responsabilidade da licitante contratada;
- 15.19. Para dar início às suas atividades, os veículos deverão ser aprovados pela **NOVACAP**, mediante vistoria no pátio do Departamento de Transportes e Manutenção-DETRA/DA - Conforme previsto no Item 5, Quadro I;
- 15.20. Na vistoria (Item 5, Quadro I e subitem 15.16), além das condições de trafegabilidade e conservação dos veículos, serão conferidas informações técnicas, como potência do motor, capacidade de carga, capacidade operacional de forma que sejam atendidas as exigências deste Termo de Referência;
- 15.20.1. A contratada no ato da vistoria, deverá apresentar laudo de inspeção do tacógrafo dos veículos, o qual deverá ser emitido por empresa habilitada junto ao INMETRO, com data de emissão não inferior a 12 (meses) meses da contratação;
- 15.20.2. A **NOVACAP** poderá convocar, a qualquer momento, veículos integrantes da frota de execução do contrato, para realização de vistoria preventiva, de forma a atestar a manutenção das condições de trafegabilidade e conservação dos mesmos; cabendo à licitante contratada a correta manutenção da frota;
- 15.20.3. Em atendimento à Legislação Ambiental vigente, no ato da vistoria, os equipamentos deverão apresentar laudo de conformidade com as normas do CONTRAN/PROCONVE, referentes a emissão de gases poluentes;
- 15.21. É de exclusiva responsabilidade da licitante contratada, os custos relativos a pessoal (Motorista/conductor, Ajudante, Operador de Máquinas Pesadas e Oficial), sendo responsável pelo cumprimento de todas as obrigações pertinentes a legislação trabalhista, encargos de previdência social, dentre outros custos, de acordo com a legislação vigente; assumindo ainda, possíveis demandas judiciais em qualquer juízo ou foro, propostos por terceiros, versando em pleitos que alegarem vínculo trabalhista, em razão do cumprimento de jornadas de trabalho;
- 15.21.1. São, também, de responsabilidade da licitante contratada, todos os custos com manutenção preventiva e corretiva dos veículos, custos fixos e variáveis constando de: Combustíveis, lubrificantes, motor, câmbio, diferencial, hidráulica, elétrica e pneus, ou outros custos eventuais incluindo serviços de funilaria/pintura, preservando as características originais de cada veículo em particular, encargos e Leis sociais de acordo com a legislação vigente, inerentes à operação e manutenção dos veículos;
- 15.21.2. A guarda dos veículos contratados é de inteira responsabilidade da licitante contratada, podendo a critério da NOVACAP, permitir que veículos pernoitem no pátio da Companhia, sem que isto incorra em qualquer responsabilidade sobre a guarda destes, bem como a eventual reparação a danos causados a veículos contratados -Instrução Nº 719 de Setembro/2004;
- 15.22. A licitante contratada será a exclusiva responsável por eventuais danos causados ao patrimônio público ou privado, às pessoas físicas ou jurídicas, decorrentes da execução direta ou indireta das atividades previstas no presente procedimento licitatório;
- 15.22.1. A licitante contratada, em função da execução do contrato, durante toda a vigência, deverá manter às suas expensas contrato de seguro dos veículos, com cobertura de danos contra terceiros, incluso também: Danos materiais, danos corporais, morte e invalidez permanente - com valores especificados como prêmio mínimo, cada:
- 15.22.2. RCFV-Danos Materiais: R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);
- 15.22.3. Danos Corporais, APP-Acidentes Pessoais de Passageiros, Morte: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- 15.22.4. Invalidez Permanente ou parcial: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- 15.22.5. As apólices deverão ser apresentadas ao DETRA/DA, no momento da entrega dos veículos, e sua renovação quando do vencimento (anual);
- 15.23. A contratada se obriga a substituir o veículo, imediatamente, ou, no máximo em 02 (duas) horas após notificação (verbal ou escrita), no caso em que o(a) mesmo(a) esteja em desconformidade com as cláusulas contratuais, que provoque sua incapacidade operacional, ficando sujeito(a) a nova vistoria após manutenção preventiva ou corretiva;
- 15.24. A licitante contratada deverá possuir e manter autorização para o transporte de pessoas, caso faça uso de cabine alternativa, junto à Agência Nacional de Transporte Terrestres-ANTT, bem como junto a Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana do Distrito Federal-SEMOB/DF, para trafegar e operar no âmbito do Distrito Federal e região metropolitana, de acordo com as necessidades dos serviços, em conformidade com as condições pactuadas;
- 15.25. A licitante contratada deverá manter atualizados os encargos relativos à propriedade de veículos, ou de equipamentos, bem como apresentar anualmente ao DETRA/DA, para arquivo e fiscalização, cópia do CRLV vigente (do ano de exercício), de Veículo Automotor, seguro obrigatório-DPVAT, Certificado de aferição de tacógrafo - emitido por empresa especializada em tacógrafos, com prazo de validade vigente, podendo a referida documentação ser solicitada a qualquer momento no decorrer da execução contratual;
- 15.26. Os serviços, objeto do presente procedimento licitatório, serão prestados de segunda-feira a sexta-feira, podendo, a critério da **NOVACAP**, haver alterações ou, ainda solicitação para realização de atividades aos sábados, domingos e feriados, devendo a contratada, manter à disposição da **NOVACAP**, sistema de plantão, com possível troca imediata, de veículo(s), máquina(s) e/ou equipamento(s), sem qualquer acréscimo de valor ao contrato;
- 15.26.1. A convocação de que trata o Item 15.26 deverá ocorrer com o mínimo de 4 (quatro) horas de antecedência do horário de apresentação para o trabalho excepcional, sábados, domingos e feriados e/ou fora do horário de expediente habitual;
- 15.26.2. O prazo mínimo não se aplica a situações derivadas de desastres, emergências, calamidade pública, caso fortuito e/ou força maior em que a mobilização deverá ser preferencialmente imediata, ou no prazo máximo de 02(duas) horas, sob pena de incidência de penalidades deste Termo de Referência;
- 15.27. No caso de convocação para atividades aos sábados, domingos, feriados, ou fora do horário de expediente habitual da contratante, serão mantidos os mesmos valores pactuados, sem que haja qualquer acréscimo a título de remuneração de hora extra adicional, ou outros encargos, que deverão ser suportados pela contratada (até ao limite de 72 horas extras/mês, por empregado) em prática na **NOVACAP**;
- 15.27.1. O disposto no item 15.27, não impede a NOVACAP de convocar a contratada para execução de serviços, caso, o valor mencionado de 72h (setenta e duas horas) extras por mês seja excedido, pois o valor citado, vale apenas para a quantidade a ser suportada pela contratada, logo, valores excedentes, em caso de convocação serão suportados pela NOVACAP, nas mesmas condições contratadas.
- 15.28. Poderá ser adotado pela **NOVACAP**, Diário de Operações Eletrônico, cabendo à licitante contratada providenciar equipamento eletrônico, aparelho celular e/ou tablet, dotado de sistema operacional android, com tecnologia GSM/GPRS/GPS/Internet capaz de suportar o programa a ser usado para a funcionalidade, mantendo-se as informações aferidas pelo GPS;
- 15.28.1. O preenchimento de diário de operações, e o uso de módulo de GPS nos veículos prestadores de serviços, é obrigatório.
- 15.28.2. O GPS será instalado pela NOVACAP, em comodato, devendo ser devolvido ao término do contrato e/ou substituição/desligamento do veículo;
- 15.29. A não apresentação do veículo em condições de operação, acarretará o não pagamento (ou glosa), do valor da locação, e poderá resultar em multa por descumprimento das obrigações por parte da Contratada, conforme constante deste Termo de Referência;
- 15.29.1. A glosa de que trata o Item 15.29 será feita *pro-rata die* em que o veículo não estiver à disposição da Companhia, sendo calculado na proporção de 1/30 (um trinta avós)
- 14.30. Deverá a contratada fornecer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, documentos, informações e relatórios, atinentes a execução dos serviços contratados, sempre que requisitados pelos Fiscais da **NOVACAP**, Executor de Contrato, Coordenador de Monitoramento, Auditoria Interna, CGDF, TCDF e MPCDF e MPDFT;
- 15.30. Nos Termos da Lei Distrital 6.308/2019 e do Decreto Distrital n.º 40.388/2020, deverá a contratante apresentar anualmente Relatório de Conformidade de Programa de Integridade, do ano anterior à apresentação da proposta comercial;
- 15.30.1. Caso a licitante contratada não possua Programa de Integridade, deverá anexar a proposta comercial, declaração de que não possui Programa de Regularidade, mas que o implantará imediatamente após a assinatura do Contrato, apresentando-o à **NOVACAP**, no prazo máximo de 90 (noventa) dias cronograma de implantação de Programa de Regularidade no âmbito da licitante contratada, sob pena das penalidades previstas no Item 25 deste Termo de Referência;
- 15.31. Os veículos deverão se apresentar sempre limpos e higienizados para a prestação de serviços diários;
- 15.31.1. A higienização interna dos veículos com solução sanitizante e/ou álcool 70%, deverá ser feita diariamente, por conta da contratada, sempre ao final do expediente ou antes dele;
- 15.31.2. Ao menos uma vez por semana, os veículos deverão ser lavados interna e externamente, sendo a lavagem por conta da contratada;

15.32. As revisões, manutenções preventivas e corretivas dos veículos devem ser agendadas para finais de semana e/ou dias em que não haja expediente na contratada, para que não haja interrupção dos serviços da NOVACAP;

15.33. Caso seja necessária a revisão, manutenção preventiva ou corretiva nos dias e horários de expediente da Companhia, a contrata deverá fornecer veículo reserva, em substituição;

15.34. Caso a **NOVACAP** adote o Diário de Operações eletrônico, caberá a licitante contratada, fornecer a seus empregados celular do tipo smartphone ou tablet dotado de sistema operacional android ou I/Os, com tecnologia compatível com sistema SISDIO-e, da **NOVACAP**.

## 16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

16.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

16.3. Nomear Executor e Suplente técnico, da área a ser atendida pelo lote, e Executor e Suplente administrativo a ser indicado pelo DETRA/DA;

16.4. Emitir a Ordem de Serviço Externa-O.S.E. para convocação de veículos e motoristas/condutores da licitante contratada;

16.5. Gerenciar, coordenar, mobilizar e desmobilizar o quantitativo de veículos, Motoristas/condutores, Ajudante, Meio Oficial e Oficial, da licitante contratada à disposição da Companhia;

16.6. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

16.7. Pagar à contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

16.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n.º 5/2017;

16.9. Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como:

16.9.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;

16.9.2. Direcionar a contratação de pessoas;

16.9.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

16.10. Fiscalizar mensalmente o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

16.10.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

16.10.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

16.10.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

16.11. A referida fiscalização se restringe, unicamente, a salvaguardar os direitos trabalhistas dos profissionais, sem nenhuma responsabilidade subsidiária pela **NOVACAP**;

16.12. Formalizar as demandas e atividades a serem desenvolvidas pela contratada;

16.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

16.14. O Departamento de Transporte e Manutenção-DETRA estabelecerá normas, padrões e procedimentos para a racionalização e utilização dos veículos, máquinas e equipamentos;

16.15. Exigir dos setores demandantes e da contratada que observem e cumpram os procedimentos estabelecidos na Companhia, para utilização de veículos com vistas a padronizar o uso do Sistema de Monitoramento e Rastreamento-GPS (da NOVACAP), e preenchimento do Diário de Operações-DIO, e legislação e/ou instrução que discipline o uso dos equipamentos objeto deste Termo de Referência.

## 17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. No intuito de permitir que a contratada execute os serviços mais especializados mediante a contratação de terceiros, porém, sob sua responsabilidade, será permitida a subcontratação, nos termos da Lei Distrital nº 4.611/2011, Decreto Distrital nº 35.592/2014, art. 78, da Lei nº 13.303/2016 e Decisão nº 4.052/2013 do TCDF: "(...)**b**. **com relação ao subitem 12.1.1 dos editais, a fim de dar fiel cumprimento ao disposto no art. 72 da Lei n.º 8.666/93, faça constar, além do limite quantitativo de 30% do valor contratual, (...)**";

17.2. Visando cumprir a Lei Complementar 123/2009, a empresa licitante vencedora, poderá subcontratar ME's e/ou EPP, até o percentual de 30%(trinta por cento) do Lote Único;

17.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

17.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

17.5. A licitante vencedora se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 10(dez) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

17.6. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

## 18. DAS ALTERAÇÕES SUBJETIVAS

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da **NOVACAP** à continuidade do contrato, nos termos do artigo 179 e seguintes do RLC da **NOVACAP**.

## 19. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

19.1. A Ata de Registro de Preços resultante da licitação do Pregão Eletrônico, terá vigência de 01 (um) ano, sem possibilidade de prorrogação;

19.2. O prazo de vigência do contrato, de natureza continuada, será de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, admitindo-se a prorrogação nos termos do art. 177 do RLC, por iguais e sucessivos períodos com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a Administração, limitado a 05 (cinco) anos, conforme previsão do artigo 71 da Lei 13.303/2016, devendo, a contratada, ser notificada do vencimento do contrato com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias corridos, e manifestar-se favoravelmente ou não, à prorrogação, com 10 (dez) dias corridos, depois de notificada;

## 20. DOS PRAZOS PARA O INÍCIO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

20.1. Após a celebração do Contrato, a empresa vencedora do certame deverá apresentar os veículos para vistoria pela Companhia e conferência pelo Executor do Contrato ou equipe designada para esse fim, no prazo máximo de 60 (sessenta) dia, no pátio do Departamento de Departamento e Transportes e Manutenção-DETRA/DA/NOVACAP, de acordo com o pedido formal com fundamento na Ordem de Serviço;

- 20.1.1. O horário de apresentação do veículos e demais acessórios exigidos, será de segunda a sexta-feira, das 08h:00 às 12h:00 e das 13h:00 às 16h:00.
- 20.2. Os veículos, depois de conferidos, serão selecionados a critério do Executor e/ou equipe designada para a realização de Vistoria, conforme requisitos indicados neste Termo de Referência, que aprovados, deverão iniciar seus trabalhos em um prazo de no máximo de 05 (cinco) dias corridos, da data da conferência mencionada;
- 20.2.1. Aprovado o veículo na vistoria, este será imediatamente encaminhado para a instalação de módulo GPS e cadastro no Sistema SISDIO, o que ocorrerá no prazo máximo de 24 horas, a contar a aprovação do veículo pelo Executor do Contrato e/ou fiscal designado para realizar a vistoria;
- 20.3. Os veículos, após aprovados em vistoria, só poderão trabalhar por força de contrato, após instalação dos equipamentos de GPS, e identificação prevista no subitem 15.16;
- 20.3.1. É vedada a efetiva execução de qualquer serviço em benefício da NOVACAP, sem que os veículos estejam devidamente rastreados e monitorados por equipamento de GPS veicular instalado pela **NOVACAP** e/ou por empresa por ela indicada;
- 20.4. Caso o serviço não seja iniciado dentro do prazo estipulado nos subitens 20.1 e 20.2 considerar-se-á como desistência do contrato, sendo a Licitante classificada em segundo lugar no certame convocada para a celebração do contrato nas mesmas condições homologadas, apurando-se, as penalidades previstas na legislação vigente;
- 20.4.1. Caso a segunda classificada não atenda as condições previstas no Contrato, convocar-se-á a classificada subsequente e, assim sucessivamente, desde que sejam mantidas as condições previstas no certame licitatório;
- 20.5. A qualquer tempo, o Executor do Contrato ou equipe designada, bem como órgão oficial, poderá proceder à vistoria nos veículos integrantes da frota, colocados à disposição para a execução do contrato;
- 20.6. Constatada desconformidade com as cláusulas contratuais e/ou normas regulamentadoras do trânsito e do meio ambiente ou deficiência operacional, a Contratada terá 24 (vinte e quatro) horas para sanar o problema e/ou substituir o veículo ou máquina/equipamento, após comunicação formal do Executor do Contrato, com efetiva glosa dos dias/horas parados;
- 20.7. Na execução do contrato, em casos em que os veículos forem acometidos por falhas eletrônicas, mecânicas, hidráulicas ou mesmo por problemas de licenciamentos junto aos órgãos competentes, a contratada deverá substituí-los com prazo estipulado, contadas a partir da solicitação formal pelo Executor do Contrato;
- 20.8. Nos casos de não cumprimento das obrigações laborais, por parte do Motorista/conductor e/ou do Ajudante, com o devido registro das ocorrências pela **NOVACAP**, a Contratada deverá substituir o profissional após a comunicação formal do fato;
- 20.9. Considera-se área de abrangência e atuação do contrato todo o limite territorial do Distrito Federal e Região do Entorno do Distrito Federal, não podendo a licitante, contratada, criar ingerências sobre o local de trabalho dos veículos, devendo, o veículo e pessoal, trabalharem na localidade em que for determinada pela **NOVACAP**;
- 20.9.1. Para percorrer trajetos na Região do Entorno do Distrito Federal, deverá o veículo ser formalmente autorizado, devendo a autorização figurar em processo administrativo no Sistema Eletrônico de Informações-SEI;
- 20.9.2. A autorização de que trata o item 20.9.1 deverá ser concedida pelo Diretor de Suporte - DS e/ou Chefe do Departamento de Transporte - DTR/DS;
- 20.10. Para evitar a subutilização, todos os veículos integrantes da frota colocada à disposição para execução do contrato, poderão ser submetidos a regime de rodízio na execução dos serviços, de forma que sempre possa a **NOVACAP** movimentar os veículos conforme sua conveniência e demandas diárias, fazendo a melhor e mais produtiva utilização destes.

## 21. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

- 21.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados;
- 21.2. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:
- I - Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;
  - II - Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;
  - III - Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
  - IV - Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e
  - V - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto;
- 21.3. O contrato será executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e das normas estabelecidas pelo Regulamento de Licitações-RLC/**NOVACAP**;
- 21.4. A execução do contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da **NOVACAP**, por meio de empregado designado, a quem competirá comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato e solicitar correção das mesmas;
- 21.5. A fiscalização de que trata o subitem anterior, será exercida no interesse da **NOVACAP**;
- 21.6. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela licitante, sem qualquer ônus para a **NOVACAP**;
- 21.7. Qualquer fiscalização exercida pela **NOVACAP**, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução dos serviços, bem como, não exime a licitante das suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução do contrato;
- 21.8. A fiscalização da **NOVACAP** terá o dever de verificar o cumprimento dos termos do contrato, quanto a qualidade de serviços prestados, de veículos, máquinas e equipamentos, podendo remanejar, devolver, exigir a substituição, e, em caso de danos eventuais e/ou, quando não atenderem às exigências contidas neste Termo de Referência, quando houver a necessidade de otimização dos serviços, sem que assista à licitante qualquer indenização pelos custos daí decorrentes;
- 21.9. A licitante que deixar de disponibilizar veículos, máquinas e equipamentos, Motorista/conductor e Ajudante, não efetuar a manutenção preventiva/corretiva de sua frota, será responsabilizada pelo pagamento de indenização em favor da **NOVACAP**, no valor correspondente a diária(s) do equipamento e mão de obra não apresentados, à título de reparação quanto aos prejuízos apurados pela inexecução do contrato;
- 21.9.1. O prejuízo apurado pela Contratante acima descrito será glosado na fatura mensal no ato da medição dos serviços executados, e não isenta das demais penalidades previstas neste Termo de Referência;
- 21.9.2. A licitante, contratada, terá que sanar quaisquer problemas técnicos, que impeça de disponibilizar o veículo ou o Motorista/conductor e Ajudante, motivo pelo qual deverá manter quantitativo de reserva técnica, de pessoal e de veículo reserva;
- 21.9.3. Excedendo a tolerância eventual, e não sendo resolvida a pendência, nem apresentando veículo ou Motorista/conductor e Ajudante, substitutos, será glosado/cancelado o Diário de Operações-DIO do veículo, implicando nas sanções previstas neste Termo de Referência;
- 21.10. Em caso de início de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão, comunicar o fato ao Diretor de Suporte - DS, o qual solicitará a Presidência da Companhia que oficie à Receita Federal do Brasil (RFB);
- 21.11. Em caso de início de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- 21.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
- 21.13. A Contratante poderá conceder prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.



## 22. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

22.1. Em cumprimento ao Art. 27 do **RLC/NOVACAP** celebrará ajuste escrito, anexo ao contrato celebrado com a contratada, na forma de Instrumento de Medição de Resultado-IMR, estabelecendo, com bases compreensíveis, tangíveis objetivamente, observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade do objeto contratado e respectivas adequações de pagamento;

22.2. A CONTRATADA obrigará-se à ao cumprimento de Instrumento de Medição de Resultado-IMR, conforme **ANEXO II** deste Termo de Referência;

22.3. A aplicação de descontos com base no Instrumento de Medição de Resultado-IMR é completamente desvinculada das aplicações de penalidades previstas no item 26 deste Termo de Referência.

## 23. DO PAGAMENTO

23.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura;

23.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do serviço, conforme este Termo de Referência;

23.3. O pagamento será efetivado após a Nota Fiscal/Fatura ser conferida, aceita e atestada pelo Executor do Contrato, por meio de processo autuado, ter sido verificada a regularidade da CONTRATADA, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ, à Certidão Negativa (Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas-CNDT, e à Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do TCU, para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais e federais;

23.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais;

23.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

23.6. O setor competente, para proceder o pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

23.6.1. O prazo de validade;

23.6.2. A data da emissão;

23.6.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

23.6.4. O período de prestação dos serviços;

23.6.5. O valor a pagar;

23.6.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

23.6.7. Número da Nota de Empenho; e

23.6.8. Descrição do serviço prestado com a devida identificação dos veículos e/ou equipamentos mobilizados;

23.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

23.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

23.8.1. Não produziu os resultados acordados;

23.8.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

23.8.3. Deixou de utilizar os veículos, equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

23.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

23.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

23.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

23.12. Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no Art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

23.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

23.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;

23.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF;

23.15.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

23.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber;

23.17. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público ativo do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;

23.18. A contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987;

23.19. A critério da contratante, poderão ser utilizados os créditos existentes em favor da contratada para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras de responsabilidade desta última, respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa;

23.20. Juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a contratada deverá disponibilizar as informações e/ou documentos exigidos neste Termo de Referência;

23.21. Ocorrerá a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a contratada:

23.21.1. Não produzir os resultados esperados, deixar de executar ou não executar as atividades contratadas com a qualidade mínima exigida;

23.21.2. Deixar de utilizar os recursos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com quantidade inferior à demandada;

23.21.3. Deixar de repassar os valores de vales transporte e alimentação aos empregados alocados na execução dos serviços contratados, se for o caso;

23.22. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = (6/100) / 365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

#### 24. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

24.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, conforme parâmetros previstos, disposto no Arts. 149 a 166 do **RLC/NOVACAP**, com validade durante a execução do contrato, acrescida de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, caso a **NOVACAP** não comunique a ocorrência de sinistros; tempo em que será considerada extinta a garantia;

24.2. O valor da garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, conforme art. 153 do **RLC/NOVACAP**, tendo em vista tratar-se de serviço de grande vulto;

24.3. No prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

24.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

24.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

24.4.2. Prejuízos diretos causados à **NOVACAP** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

24.4.3. Multas contratuais aplicadas pela à contratada;

24.4.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar, inclusive, todos os eventos indicados no item anterior;

24.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da **NOVACAP** (Contratante), no BRB BANCO DE BRASÍLIA S/A - Com correção monetária, conforme conta a ser informada;

24.6. As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e as cartas de fianças, seus endossos e aditamentos, devem expressar a **NOVACAP** como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital ou o termo de contrato ou termo aditivo aos quais se vinculam;

24.7. O valor da garantia deverá ser atualizado, nos casos de aditamento contratual (prorrogação da vigência do contrato ou readequação do seu valor em decorrência de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo ou supressão), seguindo as mesmas condições pactuadas originalmente, quando da contratação;

24.8. Os percentuais da garantia prestada inicialmente deverão ser mantidos e comprovados durante a execução dos serviços contratados;

24.9. Sendo o valor da garantia utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada;

24.10. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação vigente, que rege a matéria;

24.11. A devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, será acompanhada de declaração da Contratante, mediante Termo Circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato ou com a sua total utilização por parte da **NOVACAP** dentro do prazo de validade previsto.

#### 25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. A inexecução total ou parcial dos serviços, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, com fundamento no artigo 83 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, c/c o artigo 251 do RLC da NOVACAP, sujeitará a empresa vencedora, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurada à prévia e ampla defesa, à aplicação das seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **NOVACAP**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, por não pagamento de multa aplicada;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

25.2. A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão;

25.3. Na aplicação das multas serão observados os seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9 (nove vírgula nove por cento), que corresponde até a 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou da nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV- 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela NOVACAP, recusa parcial ou total na recusa de conclusão do serviço, ou rescisão do contrato ou da nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V – até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

25.4. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo será descontado da garantia contratual prestada pela contratada;

25.5. Configurada a hipótese de ser o valor da multa aplicada superior ao valor da garantia prestada pela contratada, esta responderá pelo pagamento da diferença do valor apurado que poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela **NOVACAP**, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

QUADRO 1 DO ITEM 25: Percentual de multas de acordo com as infrações cometidas:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,1% do valor mensal do Contrato
2	0,3% do valor mensal do Contrato
3	0,4 % do valor mensal do Contrato

4	1,0% do valor mensal do Contrato
---	----------------------------------

QUADRO 2 DO ITEM 25: Infração e grau correspondente			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não manter o cadastro de veículos, motorista/conductor, atualizados junto a Contratante (15.10 e subitens)	2	Por ocorrência
2	Não disponibilizar os veículo nas condições previstas nos itens 15.16 e 15.17	2	Por ocorrência
3	Não disponibilizar condutores devidamente habilitados e com treinamento e cursos exigidos em Lei para transporte de pessoas e cargas e/ou em desacordo com o disposto no item 15.6	2	Por ocorrência
4	Não apresentar os veículos para inspeção e vistoria, quando convocados pela Companhia nos termos do Item 15.4.	1	Por ocorrência
5	Não proceder com a substituição de veículo dentro do prazo estipulado pela Contratante, conforme previsto no item 15.23	3	Por ocorrência
6	For o veículo flagrado à serviço da Contratante, sem os adesivos de identificação previstos no Item 15.16 e/ou em desacordo com o modelo indicado pela Companhia	1	Por ocorrência
7	Manter motorista/conductor sem qualificação para executar os serviços contratados, após solicitação de substituição pela contratante	2	Por ocorrência
8	Deixar os empregados da contratada de usarem uniforme determinado e aprovado pela Companhia, bem como crachá de identificação, conforme Item 8.1 e subitens	1	Por ocorrência
9	Deixar a contratada de fornecer o uniforme aos empregados, bem como não proceder com a troca no prazo determinado, ou quando solicitado pela Fiscal e/ou Executor do Contrato (Itens 8.2.2 e 8.4.1 e 8.4.3 e subitens)	2	Por ocorrência
10	Deixar de cumprir com suas obrigações em qualquer dos prazos estabelecidos no Termo de Referência	3	Por ocorrência
11	Violar, desligar, adulterar o equipamento de GPS e/ou sua instalação no veículo em que estiver instalado o equipamento.	4	Por ocorrência
12	Não apresentar relatórios ou documentação exigida da empresa ou dos profissionais que estejam previstas no Edital, Termo de Referência e/ou decorrentes de exigências dos órgãos de controle.	3	Por ocorrência
13	Não apresentar no tempo determinado a resposta a solicitações, cartas e /ou notificações que tenham por objeto o atendimento de determinações/solicitações de órgãos de fiscalização, como TCDF, MPCDF, Auditoria interna da CONTRATANTE e Ouvidoria. (item 15.30)	4	Por ocorrência
14	Deixar de prestar quaisquer informações solicitadas pela Contratante(Executor do Contrato e/ou Fiscal) no prazo, por ela(e), estipulado, conforme item 15.3	2	Por ocorrência
15	Deixar de manter atualizados os encargos relativos a propriedade de veículos, conforme item 15.25	1	Por item e por ocorrência
16	Deixar de manter as condições fiscais e técnicas da época da licitação durante a execução do contrato, conforme Item 15.13	2	Por item e por ocorrência
17	Deixar de cumprir as cláusulas estabelecidas no Contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas.	3	Por item e por ocorrência
18	Deixar de cumprir as cláusulas estabelecidas no Contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas após reincidência formalmente notificada pela fiscalização.	4	Por item e por ocorrência

25.6. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

25.7. Caso a empresa vencedora não possa cumprir os prazos estipulados para a prestação total ou parcial dos serviços, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato, a qual será analisada pela **NOVACAP** quanto ao seu cabimento ou não;

25.8. Nos casos mencionados no item acima a **NOVACAP** oficiará à empresa vencedora, comunicando-lhe a data-limite para a regularização da prestação dos serviços, sob pena da aplicação das sanções cabíveis;

25.9. A aplicação das multas não impede que a **NOVACAP** rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções previstas neste REGULAMENTO;

25.10. Aplica-se à empresa vencedora as sanções dispostas no Artigo 6º, da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), no caso de cometer as seguintes condutas:

25.10.1. Fraudar o Contrato;

25.10.2. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do Contrato, sem autorização em Lei; e

25.10.3. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;

25.11. A apuração da responsabilidade administrativa da empresa vencedora, que possa resultar na aplicação das sanções previstas no [Artigo 6º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização-PAR, conforme os procedimentos previstos no Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015;

25.12. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade;

25.13. As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia;

25.14. Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será a empresa vencedora notificada da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, apresentar defesa;

25.15. Recebida a defesa, a autoridade competente deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade;

25.16. Os procedimentos para aplicação de Sanções seguirão o Quadro acima, e na omissão do Quadro será disciplinado pelos procedimentos previstos na SEÇÃO XIII do **RLC/NOVACAP**;

25.17. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se procedimentos previstos no Art. 252 e seguintes (Seção XIII), do Regulamento de Licitações e Contratos-**RLC/NOVACAP**;

25.18. A reincidência da prática de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **NOVACAP**, ocorrida em período inferior a 02 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

## 26. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

26.1. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

- 26.1.1. Menor Valor;
- 26.2. O critério de julgamento da proposta é o **menor preço global**;
- 26.3. Não serão aceitos itens unitários cujos valores sejam superiores aos estimados nos termos deste Termo de Referência, conforme planilha de composição de preços;
- 26.4. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.
27. **DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 27.1. As **exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista** são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital;
- 27.2. Os critérios de **qualificação econômica** a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital;
- 27.3. Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 27.3.1. Atestado/Declaração de Visita Técnica firmado pelo representante legal e pelo técnico responsável dos serviços, expedido pelo órgão licitante, comprovando a realização de vistoria no local de execução dos serviços, dada a sua imprescindibilidade, de forma a evitar dúvidas ou alegações de desconhecimento das características estruturais e de acesso existentes, especialmente relacionadas aos tipos de instalações, equipamentos e materiais existentes e onde serão guardados os veículos, possibilitando a adequada precificação dos serviços;
- 27.3.2. Poderá ser adotada a Declaração de conhecimento constante do Anexo X deste Termo de Referência;
- 27.3.2.1. A ausência do Atestado de Visita Técnica implicará na desclassificação da empresa participante;
- 27.3.3. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, mediante Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante prestou ou está prestando serviços objeto deste Termo de Referência;
- 27.3.4. O Atestado de Capacidade Técnica de que comprove (em) ter a licitante executado, prestado serviços, a contento, para órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, ou ainda, para empresa privada, serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, que comprovem:
- 27.3.4.1. No mínimo 50% (cinquenta por cento) total de postos de trabalho previstos para contratação para comprovar a capacidade técnica da execução dos serviços (Acórdãos Plenário 737/2012, 827/2014, [2924/2019](#) - TCU);
- 27.3.4.2. Na mínimo 12 (doze) postos de trabalho constantes do Atestado de Capacidade Técnica, deverão ser de motoristas de linha pesada;
- 27.3.5. Para comprovação do quantitativo exigido no subitem 27.3.3, será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica, contudo, ao menos 01(um) deles deverá atender ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) dos postos de trabalho do lote que a licitante participar;
- 27.3.5.1. Cada Atestado emitido deverá corresponder a um contrato ou serviço.
- 27.3.6. Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos, de atuação no objeto deste Certame, ininterruptos ou não, até a data de abertura da sessão pública de licitação
- 27.3.6.1. Para comprovação do quantitativo exigido no subitem 27.3.5, será aceito o somatório de atestados, sendo que os períodos concomitantes serão computados uma única vez;
- 27.3.7. A licitante, caso a área técnica ou o Pregoeiro entendam necessário, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade do atestado solicitado, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte a contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência;
- 27.3.8. O atestado de capacidade técnica deverá se referir a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, especificadas no contrato social vigente;
- 27.3.9. **Deverá apresentar ainda juntamente com a Proposta:**
- 27.3.9.1. Declaração da licitante, sob assinatura do Representante legal da empresa, de que, sendo vencedora da Licitação, comprovará junto a Contratante o atendimento aos requisitos de qualificação técnica e profissional, exigidos para o exercício das atividades laborais de motorista/conductor;
- 27.3.9.2. Declaração da licitante, assinada pelo Representante legal da empresa, de que, caso seja declarada vencedora da licitação, de que possui, ou instalará, em BRASÍLIA-DF, sede ou filial, constando de CNPJ e Inscrição Estadual (GDF), e dotada de infraestrutura administrativa e técnica, adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, a ser comprovada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do início da vigência do contrato;
- 27.3.9.3. Declaração da licitante, assinada pelo Representante legal da empresa, de que, sendo vencedora da licitação, se responsabilizará por quaisquer danos causados por seus empregados dentro da área e dependências da **NOVACAP**, ou onde serão prestados os serviços, seja por omissão ou negligência de seus empregados.
28. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 28.1. Por se tratar de certame na modalidade de Sistema de Registro de Preços, não se faz necessária a indicação de dotação orçamentária, para realização do certame.
29. **MATRIZ DE RISCO**
- 29.1. Diante da complexidade do objeto da presente contratação, foi elaborada matriz de risco para a prestação de serviço de locação prestação de forma continuada de serviços de transporte com mão de obra, **sob demanda**. Serviços de locação de veículos tipo Caminhão Truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas, a qual encontra-se no **ANEXO III**.
30. **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**
- 30.1. Constituição Federal da República Federativa do Brasil (Art. 37, Inc. XXI)
- 30.2. Lei 12.486/2013;
- 30.3. Lei 13.303/2016;
- 30.4. Lei nº 6.308/2019;
- 30.5. Lei nº 6.128/2015;
- 30.6. Decreto nº 45.846/2024;
- 30.7. Decreto nº 7.203/2010;
- 30.8. Decreto Distrital nº 37.121/2016;
- 30.9. Decreto Distrital nº 40.388/2020;
- 30.10. Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010;
- 30.11. Instrução Normativa nº 02 de 30 de abril de 2008 - SLTI/MPLOG;
- 30.12. Instrução Normativa nº 05 de 19 de maio de 2017 - SLTI/MPLOG;
- 30.13. Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e suas alterações;
- 30.14. Acórdãos Plenário 737/2012, 827/2014, [2924/2019](#) - TCU;
- 30.15. Resoluções nº 257 de 30 de Junho de 1999 e 416 de 30 de Setembro de 2009 do CONAMA;
- 30.16. Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - Fase P7.
31. **ELABORADO POR**

31.1. Pela área técnica operacional do Departamento de Transporte -DTR/DS

**Cristiano Rodrigues da Silva**  
Ger. de Proj. DTR/DS

31.2. De acordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Referência:

**Rodolpho Diego Tavares Moreira**  
Chefe do DTR/DS

31.3. Aprovo o presente Termo de Referência, conforme sugerido pela área técnica:

**Elie Issa El Chidiac**  
Diretor de Suporte

#### **ANEXO I**

#### **REFERÊNCIAS E DEFINIÇÕES IMPORTANTES**

1. **SERVIÇOS CONTINUADOS** são aqueles cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente;
2. **SERVIÇOS NÃO-CONTINUADOS** são aqueles que têm como escopo a obtenção de produtos específicos em um período pré-determinado;
3. **PROJETO BÁSICO OU TERMO DE REFERÊNCIA** é o documento que deverá conter os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo, pela administração, com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o serviço a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual;
4. **UNIDADE DE MEDIDA** é o parâmetro de medição adotado pela Administração para possibilitar a quantificação dos serviços e a aferição dos resultados;
5. **PRODUTIVIDADE** é a capacidade de realização de determinado volume de tarefas, em função de uma determinada rotina de execução de serviços, considerando-se os recursos humanos, materiais e tecnológicos disponibilizados, o nível de qualidade exigido e as condições do local de prestação do serviço;
6. **ROTINA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS** é o detalhamento das tarefas que deverão ser executadas em determinados intervalos de tempo, sua ordem de execução, especificações, duração e frequência;
7. **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS** é o documento a ser utilizado para detalhar os componentes de custo que incidem na formação do preço dos serviços, conforme modelo constante do Anexo II, podendo ser adequado pela Administração em função das peculiaridades dos serviços a que se destina, no caso de serviços continuados;
8. **SALÁRIO** é o valor a ser efetivamente pago ao profissional envolvido diretamente na execução contratual, não podendo ser inferior ao estabelecido em acordo ou convenção coletiva, sentença normativa ou Lei, ou ainda, quando da não existência destes, poderá ser aquele praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente;
9. **PRÓ-LABORE** é o equivalente salarial a ser pago aos cooperados pela cooperativa em contrapartida por serviços prestados;
10. **REMUNERAÇÃO** é o salário base percebido pelo profissional em contrapartida por serviços prestados mais os adicionais cabíveis, tais como hora extra, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, adicional de tempo de serviço, adicional de risco de vida e demais que se fizerem necessários;
11. **ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** são os custos de mão-de-obra decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, estimados em função das ocorrências verificadas na empresa e das peculiaridades da contratação, calculados mediante incidência percentual sobre a remuneração;
12. **INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA** são os custos decorrentes da execução dos serviços, relativos aos benefícios efetivamente concedidos aos empregados, tais como transporte, seguros de vida e de saúde, alimentação, treinamento, e ainda custos relativos a uniformes, entre outros;
13. **INSUMOS DIVERSOS** são os custos relativos a materiais, utensílios, suprimentos, máquinas, equipamentos, entre outros, utilizados diretamente na execução dos serviços;
14. **DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS** são os custos indiretos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, calculados mediante incidência de um percentual sobre o somatório da remuneração, encargos sociais e trabalhistas, insumos de mão-de-obra e insumos diversos, tais como as despesas relativas a funcionamento e manutenção da sede, tais como aluguel, água, luz, telefone, o Imposto Predial Territorial Urbano-IPTU, dentre outros;
  - 14.1 pessoal administrativo;
  - 14.2 material e equipamentos de escritório;
  - 14.3 supervisão de serviços; e
  - 14.4 seguros.
15. **LUCRO** é o ganho decorrente da exploração da atividade econômica, calculado mediante incidência percentual sobre a remuneração, encargos sociais e trabalhistas, insumos de mão-de-obra, insumos diversos e despesas operacionais e administrativas;
16. **TRIBUTOS** são os valores referentes ao recolhimento de impostos, e contribuições incidentes sobre o faturamento, conforme estabelecido pela legislação vigente;
17. **FISCAL OU GESTOR DO CONTRATO** é o representante da Administração, especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97, para exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, devendo informar a Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados, conforme o disposto na Instrução Normativa 03 – MPOG, de 15/10/09;
18. **INSTRUMENTO LEGAL** é todo ato normativo ou instrumento jurídico ao qual seja atribuída força de Lei, que tenha abrangência geral ou coletiva e disponha sobre matéria tutelada pelo Direito Público, tais como acordos, convenções coletivas e decisões normativas trabalhistas;
19. **REPACTUAÇÃO** é a espécie de reajuste contratual que deve ser utilizada para serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, de modo a garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo estar prevista no instrumento convocatório com data vinculada à apresentação das propostas para os custos decorrentes do mercado e do acordo ou convenção coletiva ao qual o orçamento esteja vinculado para os custos decorrentes da mão de obra.;
20. **PRODUTOS ou RESULTADOS** são os bens materiais e imateriais, quantitativamente delimitados, a serem produzidos na execução do serviço contratado;
21. **ORDEM DE SERVIÇO** é o documento utilizado pela Administração para a solicitação, acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução dos contratos de prestação de serviços, especialmente os de tecnologia de informação, que deverá estabelecer quantidades estimativas, prazos e custos da atividade a ser executada, e possibilitar a verificação da conformidade do serviço executado com o solicitado.

**ANEXO II**  
**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

**1. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO**

1.1 Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de 03(três) indicadores de qualidade:

- Prazo de atendimento aos chamados;
- Presença do preposto para acompanhamento das atividades;
- Qualidade da execução do serviço, e;

1.2 Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

1.3 Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

1.4 A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 75 (setenta e cinco).

1.5 As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo de pontuação de qualidade.

Indicador I	
Prazo de atendimento aos chamados	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir uma prestação do serviço com celeridade e qualidade.
Meta a cumprir	Atender aos prazos elencados no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Cumprimento da meta estipulada.
Forma de acompanhamento	Conferência do prazo de atendimento por parte do executor do contrato.
Periodicidade	Por Chamado – com apuração mensal.
Mecanismo de Cálculo	Resolução definitiva do chamado dentro do prazo.
Início de Vigência	A partir do início da prestação de serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	- Sem ocorrências = 25 Pontos - 01 ocorrência = 15 Pontos - 02 ocorrências = 10 Pontos - 03 ocorrências = 5 Pontos - 04 ou mais ocorrências = 00 Ponto
Sanções	Considerar as gradações previstas no item 25 do Termo de Referência

Indicador II	
Qualidade da execução do serviço (veículos)	
Item	Descrição
Finalidade	Mensurar a forma e a qualidade do serviço prestado
Meta a cumprir	Executar o serviço conforma descrito pela Contratante
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências .
Forma de acompanhamento	Pelo fiscal do Contrato através de registros
Periodicidade	Diária, com aferição mensal de resultado
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês mês e referência.
Início de Vigência	A partir do início da prestação de serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	- Sem ocorrências = 25 Pontos - 01 ocorrência = 15 Pontos - 02 ocorrências = 10 Pontos - 03 ocorrências = 5 Pontos - 04 ou mais ocorrências = 00 Ponto
Sanções	Considerar as gradações previstas no item 25 do Termo de Referência

Indicador III	
Nº 03: Qualidade da execução do serviço (Mão de Obra)	
Item	Descrição
Finalidade	Mensurar a forma e a qualidade do serviço prestado/Capacidade técnica e apresentação formal e pontualidade

Meta a cumprir	Executar o serviço conforme descrito pela Contratante
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências .
Forma de acompanhamento	Pelo fiscal do Contrato através de registros
Periodicidade	Diária, com aferição mensal de resultado
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês e referência.
Início de Vigência	A partir do início da prestação de serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	- Sem ocorrências = 25 Pontos - 01 ocorrência = 15 Pontos - 02 ocorrências = 10 Pontos - 03 ocorrências = 5 Pontos - 04 ou mais ocorrências = 00 Ponto
Sanções	Considerar as gradações previstas no item 25 do Termo de Referência

2. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

2.1 As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

2.2 A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 75 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, sendo que os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de Pontuação de qualidade de serviço	Pagamento Devido	Fator de Ajuste do Instrumento de Medição de Resultado
De 65 a 75 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 55 a 64 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 50 a 54 ponto	90% do valor previsto	0,90
De 40 a 49 pontos	85% do valor previsto	0,85
Abaixo de 40 pontos	80% do valor previsto	0,80
Valor devido por ordem de serviço = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]		

2.3 A avaliação abaixo de 40 pontos por 03 (três) vezes poderá motivar aplicação de sanções conforme instrumento contratual, a exemplo de multa e/ou a rescisão do Contrato.

2.4 O ajustamento do pagamento de acordo com a pontuação obtida no IMR, não impede a contratante de aplicar as sanções previstas no Edital e seus respectivos anexos.

3. DO CHECK LIST PARA AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS		
Indicador	Critério (Faixas de Pontuação)	Pontos
1)Prazo de atendimento aos chamados.	Sem ocorrências	25 pontos
	01 ocorrência	15 pontos
	02 ocorrências	10 pontos
	03 ocorrências	05 pontos
	04 ou mais ocorrências	00 pontos
2) Qualidade da execução dos serviços.	Sem ocorrências	25 pontos
	01 ocorrência	15 pontos
	02 ocorrências	10 pontos
	03 ocorrências	05 pontos
	04 ou mais ocorrências	00 ponto

\*A inexistência de ocorrências mantém a pontuação alta. Conforme vão sendo registradas ocorrências, vai reduzindo a pontuação, se tiver 4 ocorrencias recebe zero pontos.

ANEXO III  
MATRIZ DE RISCO

<b>Objeto:</b> Veículo tipo Caminhão Truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas, chassi c/PBT de 24 toneladas, de procedência nacional, novo ou seminovo, com no máximo 01 (um) ano de fabricação, c/conjunto de acessórios de alta precisão, c/praticidade de operação, com custo/benefício de qualidade, eficiência e robustez, para operação de recuperação e manutenção de vias públicas, operando em corte do local a ser restaurado, limpeza a pintura de ligação (conforme especificações- Item 5). Constando aplicação de mão de obra de: Motorista de Caminhão, Ajudante, Operador de Máquinas Pesadas e Oficial.					
ITEM DE SERVIÇO	FAMÍLIA DE SERVIÇOS	MATERIALIZAÇÃO	RISCO	APLICAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA ALOCAÇÃO
VEÍCULOS	APARÊNCIA	LIMPEZA, INTEGRIDADE DE LATARIA, ESTOFAMENTO	MÉDIO	IMPOSSIBILIDADE DE CIRCULAÇÃO/RISCO A SEGURANÇA DOS PASSAGEIROS	CONTRATADA

	DOCUMENTAÇÃO E TRIBUTOS	NÃO PAGAMENTO DE IPVA, SEGURO CONTRA TERCEIROS, TAXAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS OUTROS	<b>BAIXO</b>	RISCO DE NÃO CIRCULAÇÃO DOS VEÍCULOS E PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES	CONTRATADA
	ELÉTRICA/MECÂNICA/ SEGURANÇA	DEFEITOS E PANES DE MODO GERAL / NÃO FORNECIMENTO DE VEÍCULO RESERVA	<b>BAIXO</b>	COMPROMETIMENTO PARCIAL DAS ATIVIDADES	CONTRATADA
<b>MÃO DE OBRA</b>	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	DIFICULDADE DE REALIZAÇÃO	<b>BAIXO</b>	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	CONTRATADA
	FALTA DE PESSOAL	ATESTADOS, AFASTAMENTOS, FÉRIAS, PARALISAÇÕES, GREVES	<b>MÉDIO</b>	REPOSIÇÃO DE PESSOAL	CONTRATADA
	AUSÊNCIA DE SOCIABILIDADE E URBANIDADE	NÃO ADEQUAÇÃO AO AMBIENTE DE TRABALHO, DIFICULDADE DE CONVIVÊNCIA E RESPEITO AS REGRAS DA COMPANHIA	<b>BAIXO</b>	TREINAMENTO E/OU REALOCAÇÃO	CONTRATADA
	EPI'S	MATERIAL DESGASTADO, COMPROMETIMENTO VISUAL E DE SEGURANBÇA DE TRABALHO	<b>BAIXO</b>	FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS EPI'S / TROCA DE EPI'S	CONTRATADA
<b>INSUMOS</b>	EMULSÃO, CAP E CBUQ	AUSÊNCIA, FALTA, REDUÇÃO DE ESTOQUE, INFLUÊNCIAS EXTERNAS	<b>MÉDIO</b>	ADOÇÃO DE MEDIDAS DE AQUISIÇÃO PRÉVIAS, NEGOCIAÇÃO COM FORNECEDORES	CONTRATANTE
<b>EXECUÇÃO</b>	OPERACIONAL	MÁ GESTÃO OU FALTA DE RECURSOS FINANCEIROS DA EMPRESA CONTRATADA	<b>BAIXO</b>	REALIZAR A FISCALIZAÇÃO POR PARTE DO FISCAL DO CONTRATO JUNTO A EMPRESA CONTRATADA	CONTRATADA
	OPERACIONAL	FALTA DE PLANEJAMENTO DA EMPRESA CONTRATADA	<b>MÉDIO</b>	RESCINDIR O CONTRATO, COM POSSIBILIDADE DE CONTRATAR EMPRESA REMANESCENTE	CONTRATADA

**ANEXO IV**

**PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS COM E SEM DESONERAÇÃO**



DISTRITO FEDERAL

DE 10/2020 A 09/2021

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A	Total	17,80%	17,80%	37,80%	37,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,75%	Não incide	17,75%	Não incide
B2	Feriados	3,41%	Não incide	3,41%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,86%	0,67%	0,86%	0,67%
B4	13º Salário	10,62%	8,33%	10,62%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,06%	0,07%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,71%	0,56%	0,71%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,31%	Não incide	1,31%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,08%	0,11%	0,08%
B9	Férias Gozadas	13,55%	10,63%	13,55%	10,63%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
B	Total	48,42%	20,36%	48,42%	20,36%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,12%	3,24%	4,12%	3,24%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,10%	0,08%	0,10%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	0,46%	0,36%	0,46%	0,36%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,77%	2,96%	3,77%	2,96%
C5	Indenização Adicional	0,35%	0,27%	0,35%	0,27%
C	Total	8,80%	6,91%	8,80%	6,91%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,62%	3,62%	18,30%	7,70%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,35%	0,27%	0,37%	0,29%
D	Total	8,97%	3,89%	18,67%	7,99%
TOTAL(A+B+C+D)		83,99%	48,96%	113,69%	73,06%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET

**ANEXO V****PLANILHA DE BDI MÁXIMO ADMITIDO**

**BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS**  
Vias Urbanas e Rodovias (incluindo obras de arte especiais)  
SEM Desoneração da Folha de Pagamento

Grupo	Componentes	Incidências
<b>Despesas Indiretas</b>		
A	Administração Central	3,80%
	Seguros + Garantias	0,32%
	Riscos	0,50%
	Despesas Financeiras	1,02%
<b>Subtotal A</b>		<b>5,64%</b>
<b>Tributos</b>		
B	COFINS - Contribuição Para o Financiamento Seguridade Social	3,00%
	PIS - Programa de Integração Social	0,65%
	ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	1,00%
	CPRB - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	0,00%
<b>Subtotal B</b>		<b>4,65%</b>
<b>Bonificação</b>		
C	Lucro	6,64%
<b>Subtotal C</b>		<b>6,64%</b>
<b>BDI</b>		<b>18,20%</b>

**FÓRMULA PARA CÁLCULO DO BDI**

$$BDI = \left[ \left( \frac{(1 + (AC + S + R + G)) \times ((1 + DF) \times (1 + L))}{(1 - I)} \right) - 1 \right] \times 100$$

AC	Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central
S	Taxa Representativa de Seguros
R	Taxa Representativa de Riscos
G	Taxa Representativa de Garantias
DF	Taxa Representativa de Despesas Financeiras
L	Taxa Representativa de Lucro
I	Taxa Representativa de Incidência de Impostos

Taxa Representativa da Incidência de Impostos é aplicada sobre o preço de venda da prestação do serviço, enquanto que as demais taxas são aplicadas sobre o custo

Referência:  
Relatório do Acórdão nº 2.622/2013 - TCU/Plenário

**ANEXO VI**

**MODELOS DE PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

- As planilhas de composição de custos constantes deste Anexo, obrigatoriamente deverão ser apresentadas juntamente com a proposta comercial da licitante;
- As planilhas de composição de custos, devem estar em conformidade com o modelo de planilha proposto neste Anexo e seus subitens, conforme critério com ou sem desoneração adotado pela licitante, desde que nos moldes do Quadro de Encargos Sociais sobre a mão de obra, constante no ANEXO IV e encargos complementares da CCT sugerida (Benefícios sociais: Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte e Cesta Básica);
- A não apresentação das planilhas de composição de custos, implicará na desclassificação da licitante;
- Não serão admitidos valores superiores aos preços oficiais ou estimados pela Companhia, casos que o certame será considerado fracassado;
- Planilhas com valores fora da prática realizada no mercado, e/ou com valores irrisórios serão desconsideradas;
- 5.1 Serão considerados valores irrisórios, propostas com valores inferiores a 60% (sessenta por cento) dos valores de referência.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO		Nº
Licitação Nº		Nº
Dia:		
<b>DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)</b>		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	

C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Número de meses de execução contratual	
E	Regime Tributário	
F	Informar a Convenção Coletiva que representa a categoria de mão de obra afeta a esta contratação.	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
	HOMEM/MÊS	

MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA COMERCIAL

LOTE I							
LOTE		DESCRIÇÃO CARACTERÍSTICA DO VEÍCULO	Qtd	CUSTO UNITÁRIO MENSAL SEM BDI	CUSTO MENSAL SEM BDI	BDI	CUSTO MESNSAL COM BDI
01	A	Veículo (com kit de acessórios), caminhão Truck, tapa-buraco c/caçamba térmica, chassi c/PBT de 24 toneladas, de procedência nacional, novo ou seminovo, com no máximo 01 (um) ano de fabricação, c/conjunto de acessórios de alta precisão, c/praticidade de operação, com custo/benefício de qualidade, eficiência e robustez, para operação de "tapa-buraco" em vias públicas; operando em corte do local a ser restaurado, limpeza a pintura de ligação (conforme especificações- subitem 4.5). Constando aplicação de mão de obra de: Motorista de Caminhão, Ajudante, Operador de Máquinas Pesadas e Oficial.	12	R\$	R\$	18,20%	R\$
		Motorista/Condutor - Mensalista	Qtd	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO MENSAL	BDI	CUSTO MESNSAL COM BDI
	B	Motorista/condutor de Caminhão	12	R\$	R\$	18,20%	R\$
	C	Encargos Sociais sobre Mão de Obra (NOVACAP) S/Desoneração 73,06%	12	R\$	R\$	18,20%	R\$
	D	Encargos Complementares - Adicional Periculosidade + Benefícios CCT	12	R\$	R\$	18,20%	R\$
		Custo: Motorista/Condutor - Mensalista + Encargos + Benefícios CCT(B+C+D)	12	R\$	R\$	18,20%	R\$
		Ajudante - Mensalista	Qtd	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO MENSAL	BDI	CUSTO MESNSAL COM BDI
	E	Ajudante	36	R\$	R\$	18,20%	R\$
	F	Encargos Sociais sobre Mão de Obra (NOVACAP) S/Desoneração 73,06%	36	R\$	R\$	18,20%	R\$
	G	Encargos Complementares - Adicional Periculosidade + Benefícios CCT	36	R\$	R\$	18,20%	R\$
		Custo: Ajudante - Mensalista + Encargos + Benefícios CCT(E+F+G)	36	R\$	R\$	18,20%	R\$
		Operador de Máquinas Pesadas - Mensalista	Qtd	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO MENSAL	BDI	CUSTO MESNSAL COM BDI
	H	Operador de Máquina Pesadas	12	R\$	R\$	18,20%	R\$
	I	Encargos Sociais sobre Mão de Obra (NOVACAP) S/Desoneração 73,06%	12	R\$	R\$	18,20%	R\$
	J	Encargos Complementares - Adicional Periculosidade + Benefícios CCT	12	R\$	R\$	18,20%	R\$
		Custo: Operador de Máquinas Pesadas - Mensalista + Encargos + Benefícios CCT (H+I+J)	12	R\$	R\$	18,20%	R\$
		Oficial/Encarregado (Técnico em Edificações/Pavimentação) - Mensalista	Qtd	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO MENSAL	BDI	CUSTO MESNSAL COM BDI
	K	Oficial (Técnico em Pavimentação)	12	R\$	R\$	18,20%	R\$
	L	Encargos Sociais sobre Mão de Obra (NOVACAP) S/Desoneração 73,06%	12	R\$	R\$	18,20%	R\$
	M	Encargos Complementares - Adicional Periculosidade + Benefícios CCT	12	R\$	R\$	18,20%	R\$
		Custo: Oficial (Técnico em Pavimentação) - Mensalista + Encargos + Benefícios CCT (K+L+M)	12	R\$	R\$	18,20%	R\$

<b>Custo Total: Veículo + Motorista + Ajudante + Operador de Máquinas Pesadas + Oficial -Mensalistas- + Encargos e Adicional + Benefícios CCT</b>		<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	18,20%	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
---	--	------------	------------	--------	------------	------------

\* A composição de custos do valor de locação do veículo, deverá representar todos os custo fixos e variáveis do veículo, tais como aquisição, depreciação, juros sobre capital, manutenção preventiva e corretiva, insumos, fator de encargos sociais, BDI e outros.

\*\* O preço de referência de locação foi baseado na mediana de propostas comerciais apresentadas em pesquisa de mercado realizada entre empresas da área de atuação do objeto do certame.

\*\*\*A proposta comercial deverá conter os valores indicados nos campos do modelo de proposta sugerido.

#### **ANEXO VII**

##### **CONTA VINCULADA PARA A QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

**(Anexo acrescentado pela Instrução Normativa SLTI nº 3, de 15.10.2009, DOU 16.10.2009)**

1.1 As provisões realizadas pela Administração contratante para o pagamento dos encargos trabalhistas de que tratam este Anexo, em relação à mão de obra das empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva de mão-de-obra, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositados em conta vinculada em instituição bancária oficial, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa.

1.2. A movimentação da conta vinculada será mediante autorização do órgão ou entidade contratante, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações;

1.3 O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes previsões:

- 13º salário;
- Férias e Abono de Férias;
- Adicional do FGTS para as rescisões sem justa causa;
- Impacto sobre férias e 13º salário.

1.4 O órgão ou entidade contratante deverá firmar acordo de cooperação com instituição bancária oficial, que terá efeito subsidiário à presente instrução normativa, determinando os termos para a abertura da conta corrente vinculada;

2. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o contratante e a empresa vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:

2.1 solicitação do contratante, mediante ofício, de abertura de conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação -, no nome da empresa, conforme disposto no item 1;

2.2 assinatura, pela empresa a ser contratada, no ato da regularização da conta corrente vinculada, de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da Administração;

3. O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação, desde que obtenha maior rentabilidade;

4. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no item 1.3, depositados em conta vinculada deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa;

5. O montante de que trata o aviso prévio trabalhado, 23,33% da remuneração mensal, deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato;

6. Os editais deverão conter expressamente as regras previstas neste anexo e um documento de autorização para a criação da conta vinculada, que deverá ser assinado pela contratada, nos termos do art. 19-A da Instrução Normativa;

7. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do contratante para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato;

7.1 Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, a empresa deverá apresentar ao contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento;

7.2 O contratante expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, encaminhado a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa;

7.3 A autorização de que trata o item anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para a transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos;

8. A empresa deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de três dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;

9. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à empresa, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado;

10. Os valores provisionados para atendimento do item 1.3 serão discriminados conforme tabela abaixo:

##### **RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS - PERCENTUAL INCIDENTE SOBRE A REMUNERAÇÃO**

###### **ITEM**

- 13º Salário 8,33%
- Férias e Abono de Férias 12,10%
- Adicional do FGTS Rescisão sem justa causa 4,00%
- Subtotal 24,43%
- Grupo A sobre Férias e 13º Salário 7,82%
- Total: 32,25%

Aviso Prévio ao término do contrato: 23,33% da remuneração mensal =  $(7/30) \times 100$

\* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no inciso II do art. 22 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991.

\* Cálculo parametrizado conforme Sistema SAT/GIIL-RAT.

#### **ANEXO VIII**

##### **MODELO DA PLANILHA MENSAL DE PROVISÕES DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

###### **PLANILHA MENSAL DE PROVISÕES DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

<b>Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008</b>		
CONTRATANTE: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP		
Nº CONTRATO:		
OBJETO DO CONTRATO: Serviços de locação de veículos tipo "CAMINHÃO TRUCK (com kit de acessórios) - TAPA-BURACO COM CAÇAMBA TÉRMICA", incluindo, às expensas da Empresa contratada, Motorista/conductor devidamente habilitado, aplicação da mão de obra operacional, Ajudante, Operador de Máquinas Pesadas e Oficial, manutenção preventiva/corretiva de veículos e equipamentos; seguro, fornecimento do combustível de veículos e equipamentos, mobilização e desmobilização de veículos/equipamentos, ferramental operacional e empregados envolvidos em operações, para a <b>NOVACAP</b>		
NOME DA CONTRATADA:		
MÊS:	ANO:	CNPJ:

Item	Nome do empregado	Função	Salário (R\$)	Dias Trabalhados	Valor do mês (R\$)	13º Salário (8,33%)	Férias e Abono de Férias (11,11%)	Adicional sobre o FGTS em dispensas sem justa causa (4,4%)	Impacto Submódulo 4.1 sobre Férias e 13º Salário (7,74%)	Aviso Prévio Trabalhado (1,94%)	Total da Provisão (R\$)
TOTAL											

[\*] Os percentuais poderão ser adequados à proposta da empresa.

**ANEXO IX**  
**DECLARAÇÃO PARA ABERTURA DE CONTA CORRENTE VINCULADA**

Em cumprimento do disposto no art. 19-A e no Anexo VII da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008 e alterações, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a empresa: \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_, à Bairro: \_\_\_\_\_ e CEP \_\_\_\_\_,DECLARA à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP que, caso a Companhia decida pelo depósito em conta vinculada específica dos valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, obedecerá rigorosamente o seguinte procedimento:

- Após solicitação da Contratante mediante ofício, providenciará, excepcionalmente, a abertura de conta corrente vinculada em instituição bancária oficial, bloqueada para movimentação e aberta no nome da empresa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato, destinada a receber créditos, ao amparo da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008 e suas alterações, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato/NOVACAP nº \_\_\_\_\_firmado de acordo com a publicação no Diário Oficial da Distrito Federal no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, página nº \_\_\_\_\_, e na qual deverão ser depositados todo e qualquer valor destinado a essas provisões;
- Assinará, no ato da regularização da conta corrente vinculada, termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da Companhia;
- No ato da assinatura do Contrato, fornecerá os dados da Agência bancária da conta vinculada (número, nome, endereço e telefone da agência), e que, a partir da comunicação desses dados, não alterará/trocará de Agência bancária, somente em casos excepcionais, com comprovada justificativa, por escrito, aceita e autorizada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP;

DECLARA, ainda, ter conhecimento de que os valores depositados somente poderão ser movimentados ou utilizados mediante autorização da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, exclusivamente para as situações previstas na Instrução Normativa IN SLTI/MPOG nº 02/2008 e suas alterações.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante da licitante

Dados do Representante:  
Qualificação do Representante:  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo ou função \_\_\_\_\_  
Documento de identidade nº \_\_\_\_\_  
Órgão expedidor \_\_\_\_\_

**ANEXO X**  
**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO**

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o n.º: ....., com sede na ....., declara, para fins de comprovação junto à Companhia Urbanizadora da Nova Capital de Brasil - NOVACAP, de que tem pleno conhecimento das condições peculiares inerentes à natureza dos serviços e conhece todos os detalhes técnicos em relação ao local do objeto da licitação, para formulação de sua proposta, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a NOVACAP.

Pela presente declaração, assume ainda, total responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de execução dos serviços, com vista a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato, nos termos do Acórdão 1174/2008 – Plenário - TCU.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

ANEXO XI  
MODELO DE PROPOSTA

1. As planilhas integrantes do ANEXO VI - MODELO DE PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO, são parte integrante da proposta comercial, e obrigatoriamente deverão ser anexadas a proposta, juntamente com os modelos de propostas constantes do ANEXO XI;
2. O não atendimento do Item 1 do ANEXO X, implicará na desclassificação da proposta comercial.

LOTE ÚNICO								
LOTE		DESCRIÇÃO CARACTERÍSTICA DO VEICULO	Qty	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO MENSAL	BDI	CUSTO MENSAL COM BDI	CUSTO ESTIMADO P/ 12 MESES
01	A	Veículo (com kit de acessórios), caminhão Truck, com caçamba térmica, tapa-buraco, capacidade de até 5 m³/caçamba térmica. chassi c/PBT de 24 toneladas, de procedência nacional; novo ou seminovo, com no máximo 01 (um) ano de fabricação, equipado com cabine suplementar de alumínio, fibra ou similar, c/capacidade mínima para 06 pessoas (com cintos de segurança), c/escada de acesso à carroceria, lavatório, c/conjunto de acessórios de alta precisão, c/praticidade de operação, com custo/benefício de qualidade, eficiência e robustez, para operação de "tapa-buracos" em vias públicas; operando em corte do local a ser restaurado, limpeza a pintura de ligação. Constando aplicação de mão de obra de: Motorista de Caminhão, Ajudante, Operador de Máquinas Pesadas e Oficial.	12	R\$	R\$	18,20%	R\$	R\$
TOTAL			12	R\$	R\$	18,20%	R\$	R\$

MODELO DE PROPOSTA PARA MÃO DE OBRA - MOTORISTA

VALOR MENSAL DOS CUSTOS ESTIMADOS COM MÃO-DE-OBRA						
CATEGORIA	QTDE. POSTOS	VALOR MENSAL DE CADA POSTO (R\$)	VALOR MENSAL TOTAL (R\$)	BDI	VALOR MENSAL TOTAL (R\$) COM BDI	VALOR ANUAL TOTAL (R\$) COM BDI
	[a]	[b]	[c] = [a] x [b]	[d]	[e] = ([a] x [b]) + BDI	[d] = [c] x 12
MOTORISTA / COM FERISTA	12			18,20%		

MODELO DE PROPOSTA PARA MÃO DE OBRA - AJUDANTE

VALOR MENSAL DOS CUSTOS ESTIMADOS COM MÃO-DE-OBRA						
CATEGORIA	QTDE. POSTOS	VALOR MENSAL DE CADA POSTO (R\$)	VALOR MENSAL TOTAL (R\$)	BDI	VALOR MENSAL TOTAL (R\$) COM BDI	VALOR ANUAL TOTAL (R\$) COM BDI
	[a]	[b]	[c] = [a] x [b]	[d]	[e] = ([a] x [b]) + BDI	[e] = [c] x 60
MOTORISTA / COM FERISTA	12			18,20%		

MODELO DE PROPOSTA PARA MÃO DE OBRA - OPERADOR DE MÁQUINAS

VALOR MENSAL DOS CUSTOS ESTIMADOS COM MÃO-DE-OBRA						
CATEGORIA	QTDE. POSTOS	VALOR MENSAL DE CADA POSTO (R\$)	VALOR MENSAL TOTAL (R\$)	BDI	VALOR MENSAL TOTAL (R\$) COM BDI	VALOR ANUAL TOTAL (R\$) COM BDI
	[a]	[b]	[c] = [a] x [b]	[d]	[e] = ([a] x [b]) + BDI	[d] = [c] x 12
MOTORISTA / COM FERISTA	12			18,20%		

MODELO DE PROPOSTA PARA MÃO DE OBRA - ENCARREGADO

VALOR MENSAL DOS CUSTOS ESTIMADOS COM MÃO-DE-OBRA						
CATEGORIA	QTDE. POSTOS	VALOR MENSAL DE CADA POSTO (R\$)	VALOR MENSAL TOTAL (R\$)	BDI	VALOR MENSAL TOTAL (R\$) COM BDI	VALOR ANUAL TOTAL (R\$) COM BDI

	[a]	[b]	[c] = [a] x [b]	[d]	[e] = ([a] x [b]) + BDI	[d] = [c] x 12
<b>MOTORISTA / COM FERISTA</b>	12			18,20%		

1. O BDI máximo admitido será de 18,20% (dezoito vírgula vinte por cento), podendo a licitante apresentar proposta comercial, caso queira, com BDI menor que o índice de referência.

1.1 Propostas que contenham valor de BDI superior ao índice referencial serão, desclassificadas.

1.2 A fórmula do BDI aplicado a este Termo de Referência está acostado ao ANEXO V deste Termo.

2. Para composição de custos de mão de obra, deverá ser observada como parâmetro a Convenção do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Brasília e o Sindicato das Indústrias de Artefatos, Cimento, Concretos e Mármore do Distrito Federal - SINDARCOM/DF.

3. Os custos de encargos sociais, sobre custo de mão-de-obra, estão acostados na Planilha de Encargos Sociais com e sem Desoneração de folha, conforme Anexo IV deste Termo.

4. Para os preços de referência do Item 6.4 (QUADRO I - LOTE I - VALORES REFERENCIAIS), foram considerados os referenciais da Planilha de Encargos Sociais Sem Desoneração de folha, acostadas ao ANEXO IV.

**ANEXO XII**  
**MODELO DE ADESIVO**



1. O FUNDO DEVERÁ SER NA COR AZUL ROYAL COM LETRAS BRANCAS;
2. NA PARTE SUPERIOR DEVERÁ CONSTAR O NOME DA EMPRESA CONTRATADA, N.º DO CONTRATO E O LOTE DE VINCULAÇÃO;
3. NA PARTE INFERIOR DO ADSIVO DEVERÁ CONSTAR A EXPRESSÃO “À SERVIÇO DA NOVACAP”, EM FONTE MENOR QUE A DO ITEM 2.

**\*\*O nome de empresa utilizado é meramente fictício, devendo constar o nome da licitante no futuro adesivo de identificação**

**ANEXO XIII**  
**PLANILHA COMPARATIVA DE PROPOSTAS**

		PROPOSTA COOPERTRAN (153246257)					PROPOSTA CONSTRUTORA POLLO (153246986)					DPN LOGÍSTICA (153246502)							
L O T E	DESCRIÇÃO CARACTERÍSTICA DO VEÍCULO	Qtd	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO MENSAL ESTIMADO	BDI	CUSTO MENSAL COM BDI	CUSTO ESTIMADO P/ 12 MESES	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO MENSAL ESTIMADO	BDI	CUSTO MENSAL COM BDI	CUSTO ESTIMADO P/ 12 MESES	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO MENSAL ESTIMADO	BDI	CUSTO MENSAL COM BDI	CUSTO ESTIMADO P/ 12 MESES	CUSTO U MEN	
A	Veículo (com kit de acessórios), caminhão Truck, tapa-buraco c/caçamba térmica, capacidade de até 5 m³/caçamba térmica, chassi c/PBT de 24 toneladas, de procedência nacional, novo ou seminovo, com no máximo 01 (um) ano	12	R\$ 111.945,00	R\$ 1.336.140,00	18,20%	R\$ 1.579.317,48	R\$ 18.951.809,76	R\$ 101.000,00	R\$ 1.212.000,00	18,20%	R\$ 1.432.584,00	R\$ 17.191.008,00	R\$ 148.828,12	R\$ 1.785.937,45	35%	R\$ 2.411.015,56	R\$ 28.932.186,69	R\$ 1.166.666,50	
Motorista/Condu			Qtd	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO MENSAL TOTAL	BDI	CUSTO MENSAL TOTAL COM BDI	CUSTO TOTAL ESTIMADO P/ 12 MESES	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO MENSAL TOTAL	BDI	CUSTO MENSAL TOTAL COM BDI	CUSTO TOTAL ESTIMADO P/ 12 MESES	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO MENSAL TOTAL	BDI	CUSTO MENSAL TOTAL COM BDI	CUSTO TOTAL ESTIMADO P/ 12 MESES	CUSTO U MEN
B	Motorista/Condu	12	R\$ 2.192,00	R\$ 26.304,00	18,20%	R\$ 31.091,32	R\$ 373.095,84	R\$ 2.192,00	R\$ 26.304,00	18,20%	R\$ 31.091,32	R\$ 373.095,84	R\$ -	R\$ -	35%	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 2.192,00	
C	Encargos Sociais sobre Mão de Obra (NOVACAP) S/Desoneração 73,06%	12	R\$ 1.601,47	R\$ 19.217,64	18,20%	R\$ 22.715,25	R\$ 272.583,00	R\$ 1.601,47	R\$ 19.217,64	18,20%	R\$ 22.715,25	R\$ 272.583,00	R\$ -	R\$ -	35%	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 1.601,47	
D	Encargos Complementares - Adicional Periculosidade + Benefícios CCT	12	R\$ 1.493,60	R\$ 17.923,20	18,20%	R\$ 21.185,22	R\$ 254.222,64	R\$ 1.493,60	R\$ 17.923,20	18,20%	R\$ 21.185,22	R\$ 254.222,64	R\$ -	R\$ -	35%	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 1.493,60	
Custo:			12	R\$ 5.287,07	R\$ 63.444,84	18,20%	R\$ 74.991,80	R\$ 899.901,60	R\$ 5.287,07	R\$ 63.444,84	18,20%	R\$ 74.991,80	R\$ 899.901,60	R\$ 4.868,52	R\$ 58.422,28	35%	R\$ 78.870,08	R\$ 946.440,94	R\$ 5.287,07
Ajudante - Mensalista			Qtd	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO ESTIMADO MENSAL	BDI	CUSTO MENSAL COM BDI	CUSTO ESTIMADO P/ 12 MESES	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO ESTIMADO MENSAL	BDI	CUSTO MENSAL COM BDI	CUSTO ESTIMADO P/ 12 MESES	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO ESTIMADO MENSAL	BDI	CUSTO MENSAL COM BDI	CUSTO ESTIMADO P/ 12 MESES	CUSTO U MEN
E	Ajudante	36	R\$ 1.513,00	R\$ 54.468,00	18,20%	R\$ 64.381,17	R\$ 772.574,04	R\$ 1.513,00	R\$ 54.468,00	18,20%	R\$ 64.381,17	R\$ 772.574,04	R\$ -	R\$ -	35%	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 1.513,00	
F	Encargos Sociais sobre Mão de Obra (NOVACAP) S/Desoneração 73,06%	36	R\$ 1.105,39	R\$ 39.794,04	18,20%	R\$ 47.036,55	R\$ 564.438,60	R\$ 1.105,39	R\$ 39.794,04	18,20%	R\$ 47.036,55	R\$ 564.438,60	R\$ -	R\$ -	35%	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 1.105,39	
G	Encargos Complementares - Adicional Periculosidade + Benefícios CCT	36	R\$ 1.289,90	R\$ 46.436,40	18,20%	R\$ 54.887,82	R\$ 658.653,84	R\$ 1.289,90	R\$ 46.436,40	18,20%	R\$ 54.887,82	R\$ 658.653,84	R\$ -	R\$ -	35%	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 1.289,90	
Custo: Ajudante - Mensalista + Encargos + Benefícios CCT(E+F+G)			36	R\$ 3.908,29	R\$ 140.698,44	18,20%	R\$ 166.305,56	R\$ 1.995.666,60	R\$ 3.908,29	R\$ 140.698,44	18,20%	R\$ 166.305,55	R\$ 1.995.666,60	R\$ 3.667,11	R\$ 132.016,08	35%	R\$ 178.221,71	R\$ 2.138.660,50	R\$ 1.166.666,50
Operador de Máquinas Pesadas - Mensalista			Qtd	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO ESTIMADO MENSAL	BDI	CUSTO MENSAL COM BDI	CUSTO ESTIMADO P/ 12 MESES	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO ESTIMADO MENSAL	BDI	CUSTO MENSAL COM BDI	CUSTO ESTIMADO P/ 12 MESES	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO ESTIMADO MENSAL	BDI	CUSTO MENSAL COM BDI	CUSTO ESTIMADO P/ 12 MESES	CUSTO U MEN
H	Operador de Máquinas Pesadas	12	R\$ 2.192,00	R\$ 26.304,00	18,20%	R\$ 31.091,32	R\$ 373.095,84	R\$ 2.192,00	R\$ 26.304,00	18,20%	R\$ 31.091,32	R\$ 373.095,84	R\$ -	R\$ -	35%	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 2.192,00	
I	Encargos Sociais sobre Mão de Obra (NOVACAP) S/Desoneração 73,06%	12	R\$ 1.601,47	R\$ 19.217,64	18,20%	R\$ 22.715,25	R\$ 272.583,00	R\$ 1.601,47	R\$ 19.217,64	18,20%	R\$ 22.715,25	R\$ 272.583,00	R\$ -	R\$ -	35%	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 1.601,47	
J	Encargos Complementares - Adicional Periculosidade + Benefícios CCT	12	R\$ 1.493,60	R\$ 17.923,20	18,20%	R\$ 21.185,22	R\$ 254.222,64	R\$ 1.493,60	R\$ 17.923,20	18,20%	R\$ 21.185,22	R\$ 254.222,64	R\$ -	R\$ -	35%	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 1.493,60	
Custo: Operador de Máquinas Pesadas - Mensalista + Encargos + Benefícios CCT (H+I+J)			12	R\$ 5.287,07	R\$ 63.444,84	18,20%	R\$ 74.991,80	R\$ 899.901,60	R\$ 5.287,07	R\$ 63.444,84	18,20%	R\$ 74.991,80	R\$ 899.901,60	R\$ 5.287,07	R\$ 58.422,28	35%	R\$ 78.870,08	R\$ 946.440,94	R\$ 5.287,07
Oficial (Encarregado) - Mensalista			Qtd	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO ESTIMADO MENSAL	BDI	CUSTO MENSAL COM BDI	CUSTO ESTIMADO P/ 12 MESES	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO ESTIMADO MENSAL	BDI	CUSTO MENSAL COM BDI	CUSTO ESTIMADO P/ 12 MESES	CUSTO UNITÁRIO MENSAL	CUSTO ESTIMADO MENSAL	BDI	CUSTO MENSAL COM BDI	CUSTO ESTIMADO P/ 12 MESES	CUSTO U MEN
K	Oficial (Técnico em Pavimentação)	12	R\$ 2.192,00	R\$ 26.304,00	18,20%	R\$ 31.091,32	R\$ 373.095,84	R\$ 2.192,00	R\$ 26.304,00	18,20%	R\$ 31.091,32	R\$ 373.095,84	R\$ -	R\$ -	35%	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 2.192,00	
L	Encargos Sociais sobre Mão de Obra (NOVACAP) S/Desoneração 73,06%	12	R\$ 1.601,47	R\$ 19.217,64	18,20%	R\$ 22.715,25	R\$ 272.583,00	R\$ 1.601,47	R\$ 19.217,64	18,20%	R\$ 22.715,25	R\$ 273.583,00	R\$ -	R\$ -	35%	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 1.601,47	
M	Encargos Complementares - Adicional Periculosidade + Benefícios CCT	12	R\$ 1.493,60	R\$ 17.923,20	18,20%	R\$ 21.185,22	R\$ 254.222,64	R\$ 1.493,60	R\$ 17.923,20	18,20%	R\$ 21.185,22	R\$ 254.222,64	R\$ -	R\$ -	35%	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 1.493,60	
Custo: Oficial (Técnico em Pavimentação) - Mensalista + Encargos + Benefícios CCT (K+L+M)			12	R\$ 5.287,07	R\$ 63.444,84	18,20%	R\$ 74.991,80	R\$ 899.901,60	R\$ 5.287,07	R\$ 63.444,84	18,20%	R\$ 74.991,80	R\$ 899.901,60	R\$ 5.287,07	R\$ 58.422,28	35%	R\$ 78.870,08	R\$ 946.440,94	R\$ 5.287,07
Custo Total: Veículo + Motorista + Ajudante + Operador de Máquinas Pesadas + Oficial - Mensalistas - Encargos e Adicional + Benefícios CCT				R\$ 131.114,50	R\$ 1.667.172,96	18,20%	R\$ 1.970.598,44	R\$ 23.647.181,16	R\$ 120.769,50	R\$ 1.543.032,96	18,20%	R\$ 391.280,65	R\$ 21.886.379,40	R\$ 167.937,90	R\$ 2.093.220,37	35%	R\$ 2.825.847,50	R\$ 33.910.169,99	R\$ 136.666,66



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO RODRIGUES DA SILVA - Matr.0973312-4, Agente Administrativo - Assistente Administrativo**, em 26/11/2024, às 11:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RODOLPHO DIEGO TAVARES MOREIRA - Matr.0973373-6, Chefe do Departamento de Transporte**, em 26/11/2024, às 11:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELIE ISSA EL CHIDIAC - Matr.0973550-X, Diretor(a) de Suporte**, em 26/11/2024, às 11:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&verificador=156943816](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=156943816) código CRC= E218049A.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF  
Telefone(s):  
Site - [www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)